



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**IMAGEM, PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE LOCAL:
O NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE AMPARO-SP**

MONOGRAFIA APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UNICAMP
COMO REQUISITO FINAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
GEOGRAFIA

ORIENTADORA: MARIA TEREZA DUARTE PAES

LÍVIA ARPÍCIO PIAZZA

CAMPINAS
2010

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter realizado este trabalho

Aos meus pais e demais familiares por todo carinho, apoio e incentivo

Ao meu namorado e aos meus amigos pelos conselhos e pelas palavras de otimismo e perseverança

A todos que de alguma forma contribuíram com a pesquisa, principalmente os entrevistados e em especial Roberto Pastana Teixeira Lima

Finalmente agradeço Maria Tereza Duarte Paes, que cumpriu com muita dedicação sua função de orientar-me

Sumário

Introdução.....	p.001
Parte I – A valorização de patrimônios culturais e o papel da construção da imagem	
Capítulo 1: Refuncionalização Contemporânea de Núcleos Históricos Urbanos.....	p.002
Capítulo 2: A Conformação de uma Imagem Positiva da Cidade.....	p.012
Parte II – Amparo, <i>Capital Histórica do Circuito das Águas</i>	
Capítulo 3: Expansão Cafeeira e Urbanização ao Longo da Mogiana.....	p.018
Capítulo 4: A Estância Hidromineral e a Propagação do Turismo.....	p.026
Capítulo 5: O Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo	p.043
Parte III – Poder público, Identidade Cultural e Desenvolvimento Local	
Capítulo 6: O Papel das Políticas Públicas na Formação da Imagem Associada ao Turismo em Amparo.....	p.065
Capítulo 7: Transformação Social do Espaço, População Local e Identidade Cultural	p.071
Considerações finais.....	p.094
Referências bibliográficas.....	p.096

Introdução

A denominação patrimônio cultural corresponde a um conjunto de bens materiais ou imateriais com valores significativos para uma população de tal forma que é institucionalizado como tal por representar a história, cultura, ou melhor, a identidade do determinado grupo de pessoas.

O Núcleo Histórico Urbano de Amparo-SP, estudo de caso deste trabalho, possui um acervo patrimonial material bastante importante, que se originou no período auge do café, século XIX, se estendendo pelo início do século XX. As construções neoclássicas foram tombadas pelo CONDEPHAAT nos anos 80 e atualmente se encontram em grande parte preservadas ou em processo de restauração.

O Programa de Reabilitação da Área Central de Amparo está em vigência desde 2004 com o objetivo de valorizar este Centro Histórico da cidade por meio de reformas infra-estruturais, contemplando o restauro de fachadas, o mobiliário urbano, reorganização do fluxo de automóveis para dar prioridade à circulação de pedestres e ciclistas, tudo isto buscando retomar a memória ao passado de Amparo. Assim o poder público cria uma nova imagem da cidade através do investimento e exaltação de algumas paisagens urbanas.

O que será analisado aqui é justamente o papel do poder público local com as atuais intervenções na área central de Amparo, que tem se direcionado à expansão do turismo associado à marca do Circuito das Águas Paulista. Além disso, também merece destaque a opinião da população diante do processo de refuncionalização ocorrente, visto que a valorização de bens/paisagens/lugares deve acontecer somente por meio de um processo onde os próprios habitantes se mobilizem a favor.

**PARTE I – A Valorização de Patrimônios Culturais
e o Papel da Construção da Imagem**

Refuncionalização Contemporânea de Núcleos Históricos Urbanos

Para entender o atual processo de refuncionalização que se passa atualmente nos Núcleos Históricos Urbanos é necessário partir de uma interpretação acerca do meio em que se insere, ou seja, o ambiente das cidades. Isto porque é aí que ocorrem as transformações no uso e ocupação do solo, caracterizando-se mudanças nas funções dos bens culturais que compõem a lógica contemporânea do espaço (re) construído pelos homens.

Na concepção de Corrêa (p.158, 2003):

A cidade enquanto marca e matriz cultural, enquanto texto que permite múltiplas interpretações está recoberta por inúmeros mapas de significados. Mitos, utopias, crenças, valores, particularmente, mas não de modo exclusivo, da cultura dominante, levam ao estabelecimento de grafias – a própria cidade é uma grafia – na cidade dos movimentos, sistemáticos ou não, construindo uma geografia urbana que, simultaneamente, é cultural, econômica, social e política.

Paes-Luchiari (2005) complementa a noção de cidade de Corrêa (2003), explicitando como se conformam as chamadas grafias da cidade, principalmente quanto ao viés cultural. A autora diz que a cidade tem uma natureza transformada pela sociedade, que acumula artefatos durante o tempo. A transformação do espaço urbano é associada por ela a significados e apropriações diferentes conforme se dão as matrizes temporais e espaciais.

Nas matrizes temporais a história dos homens encaminha a mudança dos sentidos da produção e apropriação do espaço urbano, enquanto nas matrizes espaciais as formas cristalizadas na paisagem podem ser marcadas por usos tradicionais ou refuncionalizados por uma ordem política e econômica, testemunha de uma geografia desigual. Neste sentido, Paes-Luchiari (p.1, 2005) afirma que “A mudança de posturas, concepções e ideários em relação ao patrimônio cultural urbano revelam os universos simbólicos contidos nos arranjos espaciais da sociedade”.

A cidade se movimenta em torno do comportamento da sociedade que cria simbologias, atribui valores a objetos, manifestações e tradições. A cultura é o universo que abriga tais características citadas, expressando a produção social do espaço em um meio em que alguns grupos têm mais poder de ação do que outros. A produção material do espaço, enfatizada neste capítulo, pode ser exemplificada pelas edificações na

cidade, que possuem uma distinção de valor na medida em que são institucionalizadas como patrimônio cultural por meio do tombamento.

Menezes (1999) se propõe a discutir o que tem sido designado por usos e funções culturais, uma vez que o autor considera a sociedade atual como instituidora de conceitos ditos por ele restritivos e deformadores à cultura, projetando-se da mesma forma quanto ao uso que se faz dela. O autor delimita a cultura no universo dos sentidos, ou seja, dos significados e valores. Assim, ele afirma que os valores não são abstratos, mas fazem referência ao circuito da vida social, do cotidiano, através das representações simbólicas que podem ser produzidas, transformadas ou reformuladas.

Ele também engloba a cultura no universo da escolha, da seleção ou da opção, dizendo que “Há escolhas, mas elas não são aleatórias e mecânicas, pois dependem das significações que lhes atribuímos e dos juízos com que as hierarquizamos” (MENEZES, 1999, p.90). Além disso, ele coloca o universo da cultura perante a um universo historicamente criado, pois não é espontâneo. Segundo o autor, “As seleções e opções feitas pelos indivíduos e grupos, para serem socializadas e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação, aceitação” (MENEZES, 1999, p.92).

A última proposição esbarra exatamente no ponto em que toca o valor cultural, associado e produzido pelas relações da sociedade. De acordo com Menezes (1999, p.94) a identidade dos bens culturais é gerada através da identidade dos grupos sociais e a história mantém muitos exemplos de mudança dos padrões quanto ao gosto e critérios de valorização e consumo. “Daí a relevância dos fenômenos sensoriais no campo da cultura. O chamado patrimônio cultural, portanto, para ser identificado e entendido carece de conhecimento sobre os circuitos de produção e consumo de sentido e valor, numa sociedade”.

O reconhecimento do valor de um bem cultural deve ir além de sua imagem, pois detém um significado muito mais amplo, abarcando todos os sentidos. Como afirma Menezes (1999), é preciso desfeticizar a cultura. Muitas vezes a cultura dominante reduz o seu alcance a uma parcela privilegiada da sociedade, comprometendo as outras. Um exemplo pode ser verificado por meio dos centros culturais. Menezes (1999) diz que a própria idéia de centro já compreende uma idéia de periferia, e assim surge uma hierarquização do espaço e das relações sociais.

Tomando como base o mesmo pressuposto de que a cultura dominante impede a expansão de outros valores que não ligados a ela, Nigro (2003, p. 167) afirma:

A noção de patrimônio se fortificou, no século XIX, buscando legitimar a possibilidade da posse pública de bens culturais que, em nome da coletividade, passaram a ser assegurados pelo Estado. Desde então, englobando bens culturais de valor inquestionável, o patrimônio se firmou como o lugar onde melhor sobreviveu a ideologia dos setores oligárquicos. Além disso, só *experts* passam a ter competência de lidar com as questões da preservação e zelar pelo patrimônio.

Nas palavras de Nigro (2003), as ações de preservação do patrimônio cultural sempre tiveram um caráter espacialmente seletivo. Neste sentido a autora afirma que o processo de *democratização do patrimônio*, iniciado na década de 70, teve como objetivo fazer questionamentos e reavaliações no âmbito da preservação.

Este processo está ligado ao distanciamento entre os habitantes e as instituições de preservação patrimonial, que deveriam dirigir suas atividades aos primeiros. A população acaba não participando direta e efetivamente das decisões tomadas pelas instituições públicas preservacionistas e não se questiona a representatividade social dos bens culturais institucionalizados como patrimônio.

Nigro (2003) afirma que o patrimônio é tido como um direito social, campo de afirmação de identidades coletivas e elemento estruturador de memórias sociais, mas, apesar disso, ainda não houve um processo de democratização pleno em torno da temática, isto porque ocorrem lutas pela preservação, tensões e conflitos no campo do patrimônio. Segundo ela, a patrimonialização de bens culturais acentua as contradições da vida social e a disputa pelo controle das riquezas coletivas, resguardadas pelo aparato jurídico, por instituições, na esfera do Estado.

O tombamento, que constitui a principal forma legal de garantir preservação do patrimônio cultural, se torna objeto de reivindicações. Apesar de não ter sido formulado como um direito a ser adquirido (já que foi sempre outorgado pelo poder público), o tombamento surge, muitas vezes como um recurso extremo a fim de garantir a manutenção de marcos e referenciais urbanos significativos (NIGRO, p.170, 2003).

A reivindicação de tombamento é então uma consequência da pressão de certos grupos sociais para garantir a não mutilação de áreas e edifícios significativos para eles, na tentativa de legitimar e preservar esses espaços. Nigro (2003, p.174) fala da existência de políticas urbanas com caráter tecnocrático, que cada vez mais afastam a sociedade civil das esferas públicas municipais. De acordo com a autora, o Estado cada vez mais se incumbe de realizar políticas vinculadas aos interesses privados. Torna-se

visível este tipo de relação na cidade de São Paulo, principalmente ligada à defesa do patrimônio; isto na medida em que se garante a supremacia da esfera privada em detrimento do zelo pela coisa pública.

A questão do distanciamento dos habitantes na tomada de decisão nas cidades também é analisada por Almeida (2005). O poder público está se aliando aos outros agentes sociais que não aqueles que pertencem ao seu lugar, de acordo com a autora. “A cidade é reflexo desta sobreposição de interesses, de intenções, de poderes, enfim, que constroem e dissolvem territorialidades” (ALMEIDA, 2005, p.71).

Muitas vezes o que acontece segundo Almeida (2005) é a tomada de decisões por agentes externos à cidade, mas as conseqüências são sentidas internamente. Dessa forma, a realização dos projetos não fica de acordo com os interesses da maioria e principalmente daqueles que vão vivenciar o resultado da efetivação da escolha tomada anteriormente. Segundo Almeida (2005, p. 72), “Existem exemplos nas mais diversas escalas, desde grandes obras viárias que objetivam atender aos interesses de empresas estrangeiras, até decisões que beneficiam apenas as elites em detrimento da maioria dos habitantes de uma cidade”.

A cultura desenvolvida nas cidades representa uma forte opção aos interesses capitalistas de acumulação. A valorização de determinados bens culturais em detrimento de outros revela uma valorização também das áreas do seu entorno, propiciando um aumento da especulação imobiliária nestes pontos. Atualmente ocorrem mudanças nas funções exercidas por bens tombados, uma vez em que se passa a adotar estratégias como reformas materiais e reabilitação de edificações pela conformação de uma nova imagem, com vistas a atrair um mercado consumidor. Transformam-se as antigas áreas que caracterizam a identidade local das cidades em ambientes de comércio.

Featherstone (1995, p.148) comenta que:

Nos anos recentes, tem-se verificado um reconhecimento crescente do valor das indústrias culturais para a economia das cidades, bem como dos diversos caminhos diretos e indiretos pelos quais a presença de instituições, atividades culturais e uma sensibilidade geral para modelos de realce, a renovação e o redesenvolvimento das fachadas culturais, da trama e do espaço vivido das cidades rendem benefícios.

Segundo o autor os agentes investidores de novas indústrias de serviço, informação e alta tecnologia podem ser influenciados pelo capital cultural nas cidades,

acarretando na aceleração de estratégias de reconversão como o redesenvolvimento e a *gentrification* de áreas urbanas centrais e portuárias. As cidades se tornam passíveis de serem utilizadas a favor do capital, para consumo das atividades oferecidas, na medida em que vão adquirindo características acentuadamente empresariais. Arantes (2002, p.31) acrescenta,

A gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e conseqüente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado.

Carvalho (1999) expõe o problema que representa o patrimônio cultural como alvo de negócios da especulação imobiliária em grandes núcleos urbanos. As áreas mais atingidas acabam sendo não só o foco da vida econômica da cidade, mas também da vida social, cívica. Assim ele se refere à destruição de bens tanto materiais como imateriais que se remetem à história do lugar. “Reduz-se o cidadão a um mero consumidor. Privatiza-se o espaço coletivo. Subordina-se o espaço “público” à lógica do capital. Banaliza-se a “rés” pública” (CARVALHO, 1999, p.106).

Serão brevemente descritos alguns casos de refuncionalização de patrimônios culturais, que se inserem neste contexto explicitado. É importante salientar que os programas em Núcleos ou Centros Históricos Urbanos visam à preservação do patrimônio cultural pela atribuição de novos valores aos edifícios tombados, que são por meio destes programas restaurados. Entretanto, a adoção de lógicas capitalistas, geralmente voltadas a atender uma valorização marcadamente econômica das áreas em questão, acaba por excluir o uso social do patrimônio por uma parcela da população que não está envolvida com as novas relações impostas para o lugar. As refuncionalizações constituem-se geralmente em várias fases ou etapas, que podem demorar anos, décadas. Aqui serão discorridos apenas alguns pontos específicos das intervenções em áreas urbanas tombadas para se ter uma noção do que têm ocorrido no território nacional.

Em Salvador (BA), por exemplo, de acordo com Vasconcelos (2003), o período que se estendeu de 1970 até o final da década de 90 e começo dos anos 2000 correspondeu às radicais transformações urbanas em Salvador. Com a construção de um segundo centro metropolitano o antigo centro da cidade sofreu uma enorme decadência. O Palácio do Governo, secretarias estaduais e alguns órgãos federais foram transferidos para o novo Centro Administrativo em 1972. Várias lojas foram fechadas,

principalmente com surgimento do *Shopping Center* Iguatemi em 1975 e houve também fechamentos de cinemas com a construção do cinema *Multiplex*. Os empregos começaram a declinar, os novos centros comerciais implantados tornaram-se mais atrativos, tendo em vista facilidades de acesso e estacionamento.

O autor então relata que a partir de 1975 começou a haver uma reação para recuperar a área decadente do Pelourinho através de restaurações de prédios tombados associadas à indicação do Centro Histórico de Salvador como “Patrimônio da Humanidade” pela UNESCO em 1985. A grande reforma segundo ele teve início em 1993, com inauguração de quatro etapas em 1994.

De fato trata-se de um processo parcial de gentrificação, com a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços, no que ficou conhecido como *Shopping do Pelô*, pela expulsão de 1967 famílias, através de indenização. Os dados populacionais para o conjunto da freguesia refletem a saída da população: 11630 habitantes (1970), 9853 (1980), 6645 (1991) e 3924 (1996). Essa reforma transformou também o traçado da antiga cidade colonial, na medida em que antigos quintais foram transformados em praças, e tornou a própria área um parque temático colonial, correspondendo a uma “disneylização” das cidades antigas, umas das referências principais da pós-modernidade (VASCONCELOS, 2003, p.117-118).

Sotratti (2005) relata sobre o projeto de requalificação urbana do Centro Histórico de Salvador. E observa que os padrões utilizados para transformar a área se deram conforme os fatores técnicos e valores pré-estabelecidos pelos órgãos de preservação e proteção ao patrimônio. Segundo ele, não houve nenhuma consulta à população da cidade, à comunidade acadêmica, ou até mesmo discussões sobre as diferentes formas de intervenções que poderiam ter sido adotadas nas primeiras etapas.

O autor afirma que em alguns lotes onde o edifício fora totalmente ou parcialmente destruído a proposta era de reconstrução seguindo tanto os padrões estéticos originais quanto os contemporâneos, que resultou em uma descaracterização de imóveis pela mudança em alguns casos de padrões aparentes, de funcionamento e do acesso aos quarteirões através também do remembramento e desmembramento dos lotes.

O levantamento dos resultados do programa de requalificação urbana da cidade não possuiu um consenso de opiniões entre os diversos autores trabalhados por Sotratti (2005), porém ele conclui que:

... a aplicação de modelos neoliberais com sistemas de controle e gestão centralizados pelo Estado acabam por não proporcionar uma dinâmica auto-suficiente e a proteção consciente do patrimônio pela população. Ao mesmo tempo a possibilidade de conservação e manutenção dessas áreas dentro dos ideais dos órgãos públicos, fortalece a idéia de um patrimônio intocável e mantido distante de apropriações sócias mais democráticas. A requalificação econômica através do turismo demonstra a fragilidade da atividade frente aos bens sociais construídos por uma sociedade que se apropria e cria novas relações de uso e valor para tais áreas (SOTRATTI, 2005, p. 186-187).

Leite (2001) apresenta outro caso contemporâneo de prática de refuncionalização em área urbana constituída como patrimônio cultural no Brasil: o Bairro do Recife, na capital Pernambucana. De acordo com este autor a área tombada do bairro apresentado corresponde ao marco zero da cidade, tendo ocorrido dois grandes processos de intervenção urbana e arquitetônica no local. Um no século XVII quando Maurício de Nassau se apropriou do *Povoado dos Arrecifes*, ocupando a faixa litorânea da Província e outro no início do século XX, pela Reforma do Porto do Recife, que praticamente destruiu o antigo bairro e o reconstruiu a partir de 1910 com estilo eclético seguindo o modelo francês da Paris Haussmann pela construção de avenidas radiais e de edificações monumentais.

Segundo Zanchetti e Lacerda (Apud Kanashiro, 2002), a partir de 1930, o Bairro sofreu um processo de esvaziamento, pelo deslocamento do centro econômico para o bairro de Santo Antônio, passando a abrigar cabarés, boates e prostíbulos. A expansão comercial e residencial para outras áreas, somadas a políticas públicas mal sucedidas e à crise da década de 80 culminaram, segundo eles, no deslocamento da população de baixa renda para o centro e a conseqüente proliferação de vendedores ambulantes e marginais.

A solicitação de tombamento foi apresentada pela Prefeitura da Cidade do Recife, no atual contexto de *gentrification* do Bairro, cujas reformas acentuaram as dimensões visuais da monumentalidade das edificações ecléticas, tornando o Bairro em um palco em que os acontecimentos facilmente se transformam em espetáculo. O tombamento legitimou a história da evolução urbana do Bairro e seu atual processo de *gentrification* ao atribuir um caráter “simultâneo” à estrutura urbana e arquitetônica do Bairro: nele convivem, em um só tempo e espaço tradições distintas. O Bairro é, para o IPHAN, vestígio do Brasil Holandês, exemplar único da Paris Haussmann e representante da arquitetura moderna e contemporânea (LEITE, 2001, p.75).

O autor comenta que depois de muitas intervenções, a última delas realizada através do *Plano de “Revitalização” do Bairro do Recife* (1993/1995) foi inspirada no

modelo do Pelourinho e teve início com o *Projeto Cores da Cidade*, para pintar as fachadas das edificações do bairro. O plano envolvia a expansão do marketing urbano estruturado no planejamento estratégico, privilegiando apenas um grupo da sociedade, no qual faziam parte: empresários, comerciantes e agentes financeiros, deixando em segundo plano a população pobre do local em quase uma década de reabilitação efetiva. Neste sentido, Vainer (2000, p.87) afirma que “um novo conceito de planejamento impõe novos atores; o *market lead city planning* exige que os protagonistas das ações e decisões sejam os mesmos que protagonizam as peripécias do mercado”.

Em Recife foram caracterizados setores de intervenção para execução do Plano. O setor que compreendia a área de tombamento do Bairro teve seu uso voltado às atividades de serviços modernos, comércio e à habitação. A intenção era expandir os serviços culturais associados ao lazer e ao turismo. Foi neste limite que se concentrou mais investimentos por área construída, com a presença dos serviços mais dinâmicos, mas segundo Leite (2001) a mudança na paisagem urbana não alterou as assimetrias espaciais das desigualdades sociais do lugar.

O Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (Minc) vêm apoiando muitas cidades brasileiras com a intenção de conter o processo de periferização, para tornar antigos centros urbanos tombados mais dinâmicos, acessíveis e produtivos economicamente. O resultado nem sempre é sentido positivamente pela população local. O que se percebe é uma segregação ainda maior quando os interesses capitalistas estão atuando. Os casos de Salvador e Recife foram apresentados como exemplos da dinâmica vigente. Algumas das outras capitais que foram contempladas com o apoio em forma de investimento para a realização dos Programas são: Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, São Luís, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Belém, Maceió, Natal e Aracajú. Além dessas cidades, existem outras no interior paulista, são exemplos: Piracicaba e Amparo.

A refuncionalização de bens culturais é recorrente não só em áreas metropolitanas, mas também em cidades médias e pequenas. O estado de São Paulo abriga vários exemplos que compartilham as mesmas características dos casos citados anteriormente. Carvalho (1999, p.76) testemunha o caso de Rio Claro (SP), onde as construções de fachadas antigas e tombadas hoje ostentam “camisas de alumínio” instaladas pelas Casas Bahia, Casas Pernambucanas, Ponto Frio e etc. O autor fala da situação precária sustentada pelos interesses capitalistas na cidade, que não investem em produção, preferem conseguir lucros por meio da especulação imobiliária em torno de

prédios tombados. “Os prédios antigos, nestas áreas, são deixados à degradação para se tornarem um peso para a comunidade e viabilizarem uma solução segundo os interesses dos proprietários e/ou capitalistas.”

No caso de São Luiz do Paraitinga (SP), por outro lado, Prado-Santos (2006) caracteriza o espaço urbano local pela presença do belo Centro Histórico com status elevado, obras suntuosas, grandes casarões sempre ocupados pela elite local e uma periferia associada à população de menor poder aquisitivo, onde ficam as construções mais simples. Ele diz que o próprio processo de tombamento já confluiu em uma divisão social. Segundo Prado-Santos (2006) o Centro Histórico é mais bem cuidado, possuindo boa infra-estrutura e equipamentos urbanos coletivos, enquanto o seu entorno apresenta deficiências na coleta de lixo, distribuição de água e energia, iluminação pública, calçamento inadequado, e constantes cheias que atingem a população.

... o Estado mantém e afirma essa modernização desigual com políticas que privilegiam estas áreas de *status* elevado, tendência que se acentua com a possibilidade do desenvolvimento do turismo. O Centro Histórico, a área mais densa em termos de equipamentos urbanos coletivos, vem passando por um intenso processo de intervenções urbanas visando melhorias para desenvolver o turismo, enquanto o seu entorno, também importante para a afirmação desta atividade e para o desenvolvimento local da população residente, vem sendo tratado com descaso e preterido no momento da escolha das obras a serem feitas, mesmo se tratando da área mais carente e deficitária na cidade (PRADO-SANTOS, 2006, p. 22).

A partir desta contextualização o autor enfatiza que as intervenções que foram feitas em São Luiz do Paraitinga, antes da trágica enchente de janeiro de 2010 que demoliu a Igreja e grande parte do centro histórico, demonstram o conflito entre o usar e preservar o patrimônio. As intervenções visaram a refuncionalização turística do Centro Histórico, à revelia da ocupação desordenada da periferia, com a ineficiente coleta de lixo, com a carência em serviços de coleta de água e esgoto, enfim, criando uma imagem espetacularizada. O Centro Histórico passou a ser o local de celebração e diversão, com o uso predominantemente pautado pelo turismo, com a valorização e preservação do patrimônio cultural marcados pela estética e pelo excesso de visitação que, nas altas temporadas, ultrapassa o limite físico do lugar, ocasionando depredação dos bens tombados.

Pôde-se notar que todos os casos expressados anteriormente incorporam uma política de planejamento pelo poder público atuando em conjunto com os interesses capitalistas, por ordens impostas de fora para os lugares através do que Santos (2003) chama de verticalidades, e de forma geral não comportam as aspirações dos habitantes locais na medida em que se atende às ações dos atores hegemônicos do sistema em vigência. Pretende-se valorizar a cultura para desenvolver o consumo através de atividades turísticas e comerciais. Em alguns pontos a arquitetura e conseqüentemente a memória do patrimônio cultural são descaracterizadas pelas reformas que mudam certas vezes padrões estéticos e frequentemente os usos e ocupações de bens tombados.

Como diz Hall (1998, p.75) “Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas -desalojadas- de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem flutuar livremente”. A identidade local representada não só pela materialidade do patrimônio cultural, mas pela presença da população através de suas relações sociais, fica subordinada à atual conjuntura da propagação de valores consumistas idealizados pela comunidade internacional.

Para finalizar é necessário recorrer ao outro lado da questão, abordado por Kanashiro (2002). Segundo a autora existem alguns grupos que consideram as iniciativas de reabilitação de conjuntos históricos urbanos uma necessidade, tendo em vista a caracterização destes lugares nos últimos anos pela violência, marginalidade e decadência das construções. Assim, os investimentos públicos e privados impediriam um empobrecimento das áreas após a restauração através de incentivos em atividades culturais e preservação do patrimônio cultural. Porém, não é o que parece estar ocorrendo. O embasamento teórico apresentado neste capítulo sustenta a opinião de vários autores que refletem sobre o caráter pouco democrático das refuncionalizações de áreas urbanas tombadas no Brasil, pela exclusão de grande parte da população no desenvolver dos processos e em seus resultados.

A Conformação de uma Imagem Positiva da Cidade

D'Andréa (2007) faz uma relação direta entre a implantação de projetos urbanísticos na concepção de Jaime Lerner, arquiteto e ex- prefeito de Curitiba, com a Prefeitura Municipal de Amparo, através do Plano de Reabilitação da Área Central da cidade. A autora toma como base o livro *Acunpuntura urbana*, escrito por Lerner em 2003. Apesar de a analogia ser um tanto quanto ousada tendo em vista a grande diferença funcional e de representatividade entre Curitiba e Amparo, ela contempla a noção de similaridade que existe entre as noções de projetos urbanísticos entre as pequenas e grandes cidades, pois as primeiras são intimamente influenciadas pelas segundas. Os contextos mais amplos das escalas mundiais ou neste caso nacionais condicionam as particularidades locais, como é o caso de Amparo com relação a Curitiba.

Segundo a autora, Lerner acredita que para recuperar um ponto cansado ou doente do tecido urbano é preciso um toque pontual que abranja todo seu redor, fazendo uma comparação com a acupuntura aplicada pela medicina tradicional chinesa. A revitalização de todo o sistema começa em um ponto, como uma picada que atingirá os seus arredores. A intervenção pontual funcionará de forma a fazer o organismo trabalhar diferente, ajudando na cura, melhoria e criação de reações positivas em cadeia. Este ponto de partida fará com que a cidade reaja, e assim se propague uma ação subsequente, propiciando a verdadeira acupuntura urbana.

A preservação do patrimônio cultural é vista como uma dessas medidas para iniciar a acupuntura urbana. D'Andréa (2007, p.18) cita alguns exemplos dados por Lerner que vão desde a preservação de pequenas coisas como a música cantada na finalização de um prato típico de Antonina até as grandes obras como as do Instituto Mundo Árabe, de Jean Nouvel, em Paris, etc. Além disso, Lerner também defende de acordo com a autora a integração das funções na cidade, isto porque ele considera que a separação entre assentamentos humanos e atividades econômicas causou grandes conflitos.

Na concepção de D'Andréa (2007, p.34) a metodologia de implantação de projetos urbanísticos realizada pela prefeitura de Amparo é muito semelhante a de Jaime Lerner, pois ambos consideram que a estratégia de execução dos projetos se baseia em obras de alto impacto e visibilidade. No caso de Amparo, por meio do Plano de Reabilitação da Área Central buscou-se exaltar o patrimônio cultural do Centro

Histórico da cidade através de medidas de preservação de fachadas de bens com interesse histórico cultural, modificação do trânsito para melhoria da circulação e acesso à área central de modo a não comprometer o patrimônio edificado, implantação de novos equipamentos e mobiliário urbanos padronizados, enfim, na tentativa de criar um visual propício à atração turística.

As ideologias são constitutivas da vida social, mas podem ser também consideradas como práticas empregadas nas decisões do planejamento do território, em suas diversas escalas, por meio de representações, de signos e significados que mobilizam o imaginário social na produção do espaço. Assim, os efeitos potencializadores do turismo permitem-nos compreender melhor a valorização do patrimônio no planejamento do território e renovar a concepção de espaço geográfico como portador de representações, de imaginário social e de tramas narrativas que o estruturam (BERDOULAY e PAES, 2008, pp. 44-45).

A atratividade das cidades é um fator muito visado atualmente, pois elas se inserem no contexto da competitividade marcada pelo modo de produção capitalista, em um dado momento onde o próprio espaço urbano torna-se alvo, ou mercadoria. De acordo com Vainer (2000, p.75), com o fim do planejamento tradicional do padrão tecnocrático-centralizado-autoritário, surgiu o planejamento estratégico, que passou a adotar para as cidades as mesmas condições que estão submetidas as empresas, pois através do fenômeno da mundialização da economia e da comunicação, as cidades se tornam propensas à competição.

As preocupações com a cidade passaram de questões como o crescimento desordenado e movimentos sociais urbanos para a questão da competitividade urbana. As diferentes formas de competição são pelo investimento de capital, tecnologia e gerência; atração de novas indústrias e negócios; competitividade de preço e qualidade de serviços e competição na atração de força de trabalho qualificada.

Ainda segundo o autor a cidade é vista sob a ótica dos novos planejadores urbanos como uma mercadoria a ser vendida em um mercado cada vez mais competitivo, onde outras cidades também estão à venda. Isto explica o chamado *marketing urbano*, que se aplica no caso de Amparo, de modo que valoriza sua imagem, tendo em vista a procura por novos investimentos, sobretudo no setor do turismo.

A cidade enquanto mercadoria não leva em conta a complexidade e os interesses diversos de seus compradores. Em um contexto global a sua venda não corresponde aos próprios atributos e sim aos insumos valorizados pelo capital

transnacional. A abertura ao capital externo é bastante seletiva, visto que os usuários e visitantes desejosos de serem contemplados são aqueles que podem render lucros.

Vainer (2000, p.89) diz que a cidade é transformada de um sujeito/ator econômico para um sujeito ator de natureza mercantil, através do qual se legitima a apropriação dos instrumentos do poder público por grupos empresariais privados. A preocupação passa a ser mais voltada a gestão do que com a sua forma de exercer a democracia pela identidade política. A comparação da lógica das empresas às cidades é bem expressa nas palavras de Vainer (2000, p.91): “Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei”. E isto vale para as cidades.

Curitiba pode ser considerada um exemplo brasileiro, visto que passou por um intenso planejamento por meio do qual se pôde obter uma imagem positiva da cidade garantindo a atração de importantes agentes capitalistas internacionais, com a inserção significativa de novas empresas e tecnologias ao espaço urbano.

A cidade de Curitiba é tomada por Garcia e Ribeiro (1997, p.106) como espaço condensado, associada aos desejos da classe dominante pelo modo de vida e usufruto da cidade. Criaram-se outros produtos urbanísticos, idéias, valores e mitos que culminaram com os termos “cidade moderna”, “cidade de Primeiro Mundo”, configurando uma nova imagem para a capital paranaense. É fundamental não apenas o fortalecimento do poder, mas também o redirecionamento dos fluxos de consumo e circulação de bens e serviços.

De acordo com as autoras, em Curitiba encontram-se variedades de grupos empresariais, corporações e firmas que promovem seus produtos de forma a contribuir com elementos da formação da imagem geral da cidade. Através de interesses econômicos e políticos, difundiu-se uma imagem positiva que foi construída reordenando os circuitos de investimento e consumo com o objetivo de atender ao topo do mercado, bem como a classe média. A partir dos anos 90 os projetos apoiados no *city marketing* promoveram condições a Curitiba de concorrer com outras metrópoles brasileiras a fim de conseguir investimentos e localização de atividades, principalmente terciárias.

Garcia e Ribeiro (1997, p.107) afirmam que esta positividade da imagem impulsionou o desenvolvimento de novas atividades econômicas, uma modernização técnica e financeira da economia, reposicionando a metrópole no cenário nacional. A cidade se tornou local de produção e de consumo de alto padrão visto que o marketing promoveu a atração de novos segmentos empresariais e profissionais, adicionando

novos processos e equipamentos privatizados de consumo, estimulando a chegada dos migrantes desejados.

As autoras verificam que a escolha locacional para um empreendimento depende de uma série de fatores ou amenidades, como as facilidades para educação, moradia, saúde, cultura, etc. Para tanto dizem que foi lançada, em 1989, uma campanha dirigida aos empresários paulistas para que se mudassem para Curitiba e instalassem as sedes de suas empresas.

Jaime Lerner, autor da campanha, prometeu adequar o espaço urbano com um pólo de serviços que favorecesse a instalação de escritórios, utilizando-se de toda a infra-estrutura de serviços existente na cidade. Segundo Garcia e Ribeiro (1997, p.115), a campanha se embasou na evolução das tecnologias da informática e telemática, permitindo que os executivos trabalhassem longe das estruturas físicas de suas empresas, com uma melhor qualidade de vida oferecida por Curitiba.

A presença do meio técnico-científico-informacional permitiu as novas relações sociais no território, como a administração de uma rede de negócios a partir de Curitiba. Os circuitos e fluxos se tornaram mais amplos e solidários entre si, garantindo uma complementaridade entre os diversos pontos. Elas afirmam que o marketing do território acabou sendo utilizado pela própria prefeitura e órgãos afins de Curitiba, associando-se ao planejamento urbano e regional bem como à economia globalizada. Com a necessidade dos setores produtivos criarem novas tecnologias se adequando à nova lógica do lugar houve alguns projetos associados à Cidade Industrial de Curitiba como a formação de uma tecnópolis, parque de softwares e incubadoras tecnológicas.

A campanha de Jaime Lerner em 1989 para sobressaltar a imagem positiva de Curitiba se baseou nos recursos de publicidade e matemática, adotando alguns números como forma de divulgação publicitária.

Ele estima que os executivos paulistanos perdiam, em média, 3 horas diárias no trânsito de São Paulo para se deslocarem de suas casas até o trabalho e vice versa. Em um mês de 20 dias úteis, a perda, conforme seus cálculos, poderia chegar até a 3 dias completos entre veículos e fumaça (GARCIA; RIBEIRO, 1997, p.118).

As autoras dizem que os planos de Lerner se situavam em três setores: ao nível do discurso ecológico, prometendo a melhoria da qualidade ambiental em Curitiba sentida pelo aumento de áreas verdes, instalação de ciclovias, recolhimento de toneladas de papéis por dia, preservando centenas de árvores; ao nível do discurso do transporte

urbano, que apresentaria vantagens com o novo ônibus biarticulado ou a economia de tempo no “ligeirinho”, e ao nível do novo marketing territorial de atração de contingentes empresariais, adotando o slogan: “ganhe 7 anos em sua vida morando em Curitiba”. “O mito, que é um sistema semiológico, uma linguagem construída, pretende superar-se e confirmar-se, mediante este instrumento, para se tornar um sistema de fatos inquestionáveis” (GARCIA; RIBEIRO, 1997, p.119).

Retorna-se a questão inicial: atratividade. Este, sem dúvida é o principal objetivo a ser atingido, aquele que faz parte da atual conjuntura do planejamento estratégico, mesmo que apresente resultados bem mais pontuais em uma cidade do interior de São Paulo, como é o caso do desenvolvimento de um turismo regional ou desenvolvimento e/ou potencialização de atividades econômicas em Amparo.

Segundo Luchiari (2004, p.12), a construção da paisagem passa pelo imaginário social, que a revela não apenas como quadro das ações sociais, mas como a própria representação em conteúdo das práticas da sociedade, transformando-se em espaço geográfico. Sendo assim, “a paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas” (LUCHIARI, 2004, pp.13-14). Tomando o caso de Amparo como exemplo, tem-se a valorização de algumas paisagens na área central da cidade, tendo em vista que as práticas da sociedade as tornam precedidas de significação especial, como representativas da identidade da população local.

Contudo, esta valorização da área central tem criado uma imagem positiva da cidade, associada principalmente à melhoria do visual urbano, em detrimento do seu próprio conteúdo social e do conteúdo da cidade como totalidade. A imagem criada “fetichiza” as paisagens, transformando-as em novos objetos que escondem seu real sentido, a fim de suplantarem um ideário positivo da cidade, e cada vez mais o tornar concreto por esta via. Assim como as intervenções realizadas na cidade de Curitiba, as intervenções que estão sendo feitas na área central de Amparo visam à atratividade. O primeiro caso se refere a uma tentativa de maior inserção competitiva da cidade no mercado nacional e internacional, pela disputa de investimentos econômicos, ligados a atividades superiores. No caso de Amparo se detém a atratividade turística. Utilizam-se os bens histórico-culturais valorizados na área central assim como a implantação de novos equipamentos urbanos em favor da criação de uma nova e boa imagem da cidade, como se todo o espaço urbano tivesse sido valorizado, assim como se todos os grupos sociais tivessem um grande ganho com esta melhoria visual, superficial. Tenta-se

manter uma aceitação das medidas tomadas pela própria imagem que se constrói positiva sobre Amparo, afirmando sua tendência ao crescimento econômico, desenvolvimento do turismo e conseqüentemente também a maiores investimentos.

PARTE II – Amparo, *Capital Histórica do Circuito
das Águas*

Expansão Cafeeira e Urbanização ao Longo da Mogiana

Com o desenvolvimento do ciclo do café no Brasil, em fins do século XVIII e início do século XIX, um novo pólo econômico começou a surgir no país: o Sudeste, depois marcadamente o Estado de São Paulo. De acordo com Szmerecsányi (1998) a cafeicultura foi introduzida no Brasil no final do século XVIII, devido aos altos preços internacionais do café, provocados pela desorganização da produção do Haiti. A expansão do produto no Brasil se voltou principalmente à exportação. O desenvolvimento da cultura se deu em primeiro plano nas imediações do Rio de Janeiro, onde possuía para a época boa infra-estrutura de transportes, comercialização e financiamento, como também ampla disponibilidade de recursos sob forma de terras, capitais, empresários e mão-de-obra disponível pelos refluxos da mineração do ouro. Ocorreu dessa forma o deslocamento do centro dinâmico do nordeste para o sudeste do país.

Argollo (2004, p.33) afirma que a produção de café da região de Campinas ultrapassou, a partir da década de 1870, a produção do Vale do Paraíba, por onde o café começou a se desenvolver após sua entrada no Brasil pelo Rio de Janeiro. Neste local os cafezais foram plantados em terras íngremes, sujeitas à erosão, reduzindo a fertilidade natural dos solos e a sua capacidade de produzir através da utilização de técnicas tradicionais empregadas por fazendeiros com uma mentalidade aristocrática. O desmatamento era intenso e a cultura do café não resistiria por muito tempo nesta região

Este mesmo autor diz que o cultivo da cana-de-açúcar era tradicional entre os lavradores paulistas, porém um conjunto de fatores induziu a substituição da cana pelo café: a crescente demanda mundial pelo produto, a exigência de menor quantidade de mão-de-obra, menores custos de produção, maior margem de lucro e menor perda por deterioração no transporte até o porto. O Quadrilátero do açúcar, localizado entre Campinas, Piracicaba, Itu e Sorocaba, incorporou uma infra-estrutura que culminaria com o sucesso da produção do café no Brasil. A derrubada da mata não era necessária, pois havia muita terra limpa e capoeira depois de um longo período de exploração de culturas de subsistência e cana-de-açúcar.

Os fazendeiros e produtores paulistas de café possuíam uma mentalidade capitalista baseada no reinvestimento na produção e diversificação das atividades produtoras e de comércio, mecanização e beneficiamento do café, liberando mão-de-obra para o cultivo. Estes que eram proprietários da terra tornaram-se com o tempo não

só produtores agrícolas, mas também banqueiros, negociantes de terras, mantenedores de ferrovias e industriais, incorporando-se ao novo estilo de vida, o urbano, que crescia com as cidades. Mais tarde a realização do cultivo do café associado ao trabalho assalariado permitiu aumento de gastos com consumo, gerando aumento da produção e promovendo o núcleo de uma economia de mercado interno (SZMRECSÁNYI, 1998, p.69).

De acordo com Argollo (2004, p.31) o Complexo Cafeeiro instalado em terras paulistas foi baseado inicialmente em um modelo de produção escravocrata, passando para o trabalho livre mesmo antes da abolição da escravatura. A expansão da lavoura do café se deu pela região de Campinas, a partir de técnicas agrícolas e de beneficiamento mais eficientes, com a ampliação da rede ferroviária para o transporte da mercadoria e no início das relações de produção capitalistas nas fazendas. A região de Campinas, pioneira na expansão da cultura do café, teve um grande desenvolvimento de sua infra-estrutura de transportes tendo em vista a expansão da rede paulista de estradas de ferro, para levar o produto até o porto de Santos para a exportação, além de também encaminhar o café para o interior, transportando imigrantes para trabalhar nas fazendas e produtos importados dos EUA e Europa para abastecer uma gama ampla e crescente de consumidores urbanos. Segundo Argollo (2004, p. 174):

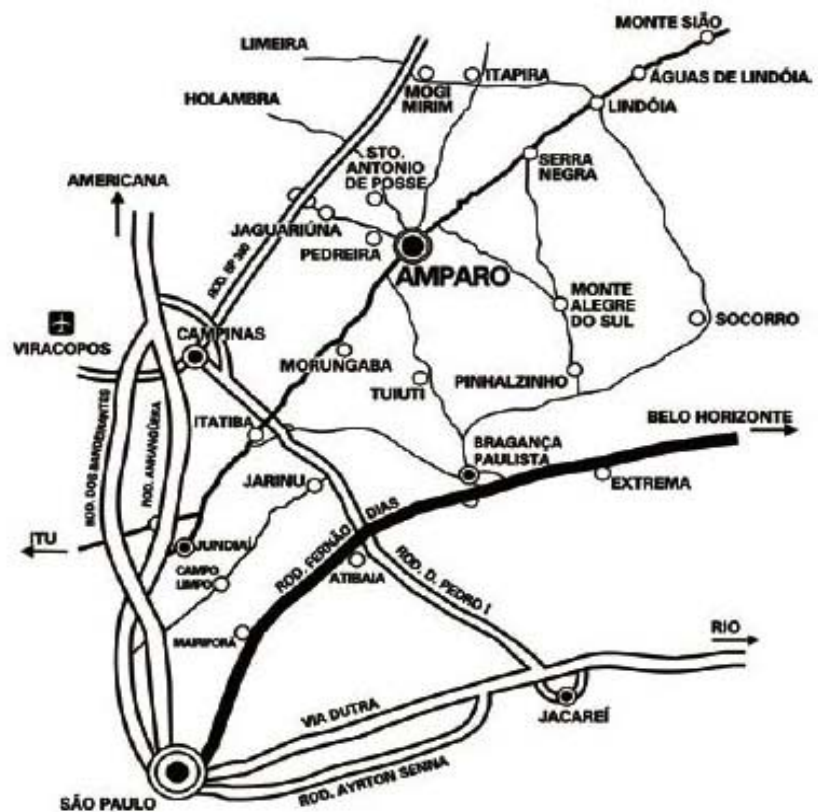
Com a chegada do colono europeu e a instalação das ferrovias iniciou-se um novo período para a arquitetura das fazendas de café paulistas, quando a produção se vinha intensificando, celeramente, na região de Campinas. A ocupação do Oeste Paulista ocorreu nos espigões, pois ali corriam as linhas de trem e instalavam-se as fazendas de café e as cidades. As ferrovias se ramificavam e cresciam na direção do interior, mas convergiam, no sentido inverso, para o pólo financeiro exportador São Paulo-Santos

A cidade de Amparo-SP, pertencente à região administrativa de Campinas, constituiu seu núcleo urbano inicial em grande parte pela expansão da atividade cafeeira realizada em seu domínio, associada à imigração de italianos para trabalhar nas lavouras e tendo em passagem pelo território a Estrada de ferro Mogiana, muito importante para o escoamento da produção na época. Antes de adentrar nesta questão é necessário lembrar como se originou o povoamento da região até o desenvolvimento urbano significativo, com o período auge do café.

Segundo Lima (1998), a História de Amparo-SP data do final do século XVIII, tendo por início um povoamento devido à localização do município como rota

de passagem para diversos caminhos que permeavam o Vale do rio Camanducaia, nas proximidades das divisas entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais. (Figura 1) Alguns ligavam sedes de municípios como Atibaia e Mogi-Mirim. Outros davam acesso a propriedades rurais que tinham sido adquiridas por concessão de sesmarias, já sendo encontradas divididas por herança ou estabelecimentos de posseiros. Estes caminhos haviam sido configurados pela descoberta do ouro. Em primeiro lugar, a estrada São Paulo-Goiás e posteriormente, a estrada Ouro Fino, em Minas Gerais, dirigia-se a São Paulo passando por Bragança Paulista.

Figura 1. Localização de Amparo



Fonte: SMDU, AMPARO, SP.

O autor relata que o estabelecimento de famílias na região, a partir destes caminhos, das sesmarias e das atividades de prospecção determinou a localização da cidade em uma área de divisas entre Atibaia e Mogi e posteriormente Bragança e Mogi. O núcleo do povoado surgiu ao redor de uma pequena capela às margens do rio Camanducaia, por interesses religiosos de pequenos proprietários que a haviam

construído, bem como por pretensões políticas dos homens da região do Brumado, que eram grandes proprietários.

Lima (1998) afirma que um dos eixos viários de origem, que ligava a região de Campinas ao sul de Minas foi determinado pelas exigências da diocese para a construção de uma nova capela para o povoado em 1829 (Figura 2), tendo em vista que a capela construída em 1818 era imprópria e anacrônica. Era necessária uma nova construção em um lugar alto, livre da umidade. O local escolhido foi no platô da colina onde hoje se encontra a Praça Monsenhor João Batista Lisboa (Figura 3), acompanhando umas das curvas de nível do terreno, com um perfil quase sem declividade, consumando o eixo viário leste-oeste.

Figura 2. Igreja Matriz em 1910, antiga capela construída em 1829



Fonte: Álbum comparativo de Amparo, 1992.

Figura 3. Antigo Largo da Matriz em 1900, atual Praça Monsenhor João Batista Lisboa



Fonte: Álbum comparativo de Amparo, 1992.

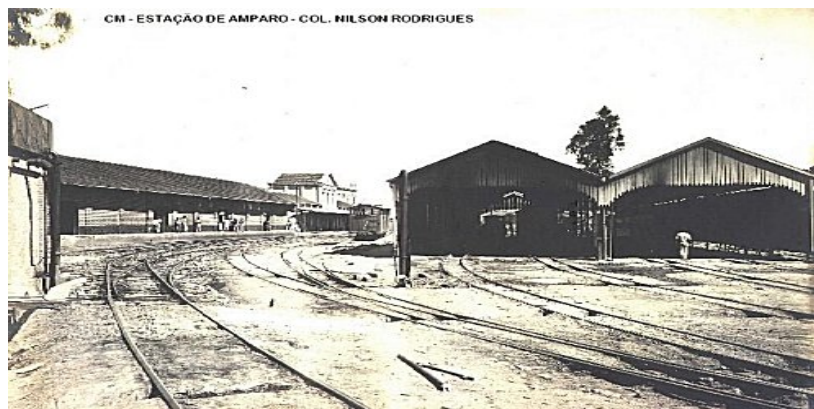
Tomando como base o mesmo eixo leste-oeste, já em 1872 fora criada em Campinas a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, passando pelas plantações de café em vários locais do Estado de São Paulo. Um deles era Amparo (Figuras 4 e 5). A lavoura estava em contínua expansão. Lima (1998) diz que a notícia de que um ramal da estrada de ferro serviria à cidade começou a tocar o imaginário da população com idéias progressistas. Houve a formação de planos para o desenvolvimento racional e uniformização da cidade, contemplando o traçado para a cidade do futuro e envolvendo uma transformação da arquitetura para formas modernas, acentuação do gosto para uma linguagem específica e uma extensão e complemento para a trama urbana. Era um projeto urbano novo, elaborado por Luís Pucci a partir de 1878, em consequência ao progresso impulsionado pelo café, que pretendia duplicar a cidade para o lado leste. Ao invés de manter o seu traçado xadrez original tendeu a um grande leque, organizado a partir da adaptação à topografia bastante acidentada.

Figura 4. Estação ferroviária de Amparo em 1910



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm>. Foto do álbum da Mogiana.

Figura 5. Pátio da Estação ferroviária de Amparo em 1910



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/a/amparo.htm>. Foto do álbum da Mogiana, cedida por Nilson Rodrigues.

Embora o café tivesse chegado em Amparo por volta de 1830, foi na década de 1850 que começou a atingir uma safra significativa. Lima (1998) comenta que esta transformação da lavoura cafeeira veio a representar uma grande repercussão no pequeno povoado a partir desses anos. A população que estava em torno de 3840 habitantes, em 1854, passou para 9000 habitantes, em 1869. Amparo só crescia em termos de contribuições com a exportação de café. Em 1867 contribuía com 1,4 % das exportações nacionais e, em 1877, viria contribuir com 2,6%.

Se o desenvolvimento econômico do município se deu a partir da lavoura cafeeira e da implantação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, por outro lado, as transformações urbanas se deram a partir da consciência que definiu à cidade do futuro um projeto de racionalidade e uniformização (LIMA, 1998, p.128).

A partir de 1878, até os primeiros anos do século XX, houve um grande desenvolvimento da cidade, com incremento populacional, construção de um significativo número de edifícios e melhorias na infra-estrutura urbana, como a iluminação pública elétrica (1898) e as redes de abastecimento de água e do sistema coletor de esgoto, cujos projetos foram elaborados pelo engenheiro Teodoro Sampaio, em 1893, e implantados gradualmente. (SMDU, AMPARO-SP)

Na arquitetura, a modernização pode ser identificada nas mudanças associadas aos aspectos técnicos e construtivos das edificações e as suas conseqüências nas linguagens das arquiteturas de Amparo. As primeiras construções eram feitas em taipa de pilão ou em pau a pique, indicando uma expressão colonial, na maioria das vezes, bem simples, com característica mais rural que urbana. A produção local da alvenaria de tijolos e a disseminação da sua utilização substituíram as técnicas construtivas anteriores, repercutindo na linguagem da arquitetura mais variada em escala e tipologias, sobretudo, a habitacional, mas também, no emprego de adornos e de elementos compostos por acento neoclássico, vertente dominante nos edifícios de uso público. Esta modernização destruiu alguns exemplares genuínos das antigas técnicas, mas por outro lado em alguns casos conciliou-se com eles ao incorporar uma expressão nova na fachada, preservando as demais paredes ao preencher com tijolos aberturas decorrentes do colapso da antiga estrutura. (SMDU, AMPARO-SP)

Lima (1998) descreve o crescimento da nova cidade a partir do projeto urbanístico inaugurado em 1878. O autor diz que em 1872 constatava-se que cerca de 1873 indivíduos estavam ligados aos setores de artesanato/ manufatura, comércio e prestação de serviços e em 1896 esse número havia triplicado.

Segundo o autor a partir da execução do Plano surgiram novas ruas, novos bairros, o jardim público, o teatro João Caetano (Figura 6), o hospital Ana Cintra (Figura 7), sendo os últimos, bem como a instalação da energia elétrica, frutos da iniciativa privada. A imprensa também viu-se firmar na década de 1880. Amparo teve sua expansão cada vez mais voltada à economia do café, por onde a exportação em 1886 chegava a 933.333 arrobas. A população em 1888 já era de 16.635 habitantes.

Figura 6. Teatro João Caetano de Amparo, inaugurado em 1890



Fonte: Lima, 1998.

Figura 7. Hospital Ana Cintra



Fonte: Lima, 1998.

Com o passar do tempo a urbanização da cidade estimulou o desenvolvimento de manufaturas e do comércio. Como já foi comentado estas atividades estavam crescendo a partir da década de 1870. Além disso,

A percepção da crise cafeeira de superprodução no início do século XX faria com que a municipalidade lutasse por uma diversificação da lavoura e pelo incentivo aos setores de manufatura, prestação de serviços e indústria. A criação da fazenda Modelo e do Liceu de Artes e Ofícios apontam nessa direção (LIMA, 1998, p.337).

Atualmente, Amparo possui um importante patrimônio cultural urbano materializado pelas construções preservadas junto ao Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio e CONDEPHAAT, remetendo-se ao período de desenvolvimento da cafeicultura no estado de São Paulo. Em memória a este período de expansão da cidade, marcado pela vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos, bem como pela possibilidade de se desenvolver atividades de preservação da história do município, enriquecimento da cultura e do turismo, o Núcleo Histórico tombado se apresenta como parte essencial da paisagem urbana de Amparo, tendo em vista o progresso político, econômico e cultural da cidade.

A Estância Hidromineral e a Propagação do Turismo

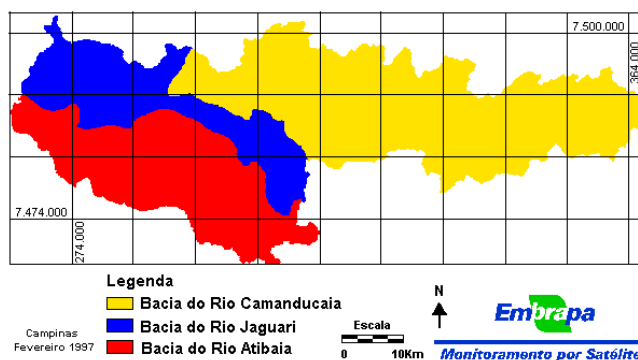
Amparo é um município paulista situado a leste de seu Estado (Figura 8) e dista aproximadamente 130 Km da capital São Paulo, ocupando uma área de 446 Km². A população local corresponde a 62.692 habitantes, sendo a sua maioria urbana. A taxa de urbanização chega perto de 75% (IBGE, 2007). O município possui mais de 15 fontes de água mineral regularizadas e é banhado por duas bacias hidrográficas: do rio Camanducaia e do rio Jaguari. Tanto o rio Camanducaia quanto o rio Jaguari são afluentes do rio Atibaia (Figura 9). A malha urbana se insere ao longo da calha do rio Camanducaia, que corre de leste para oeste. O sistema hidrográfico (Figura 10) é composto por muitas nascentes, córregos e ribeirões que, ao descerem os topos íngremes da serra em seu entorno, deixam o rio volumoso na época das chuvas, podendo causar inundações nos bairros próximos (Prefeitura Municipal de Amparo. Disponível em: (<http://www.amparo.sp.gov.br>).

Figura 8. Localização de Amparo no Estado de São Paulo



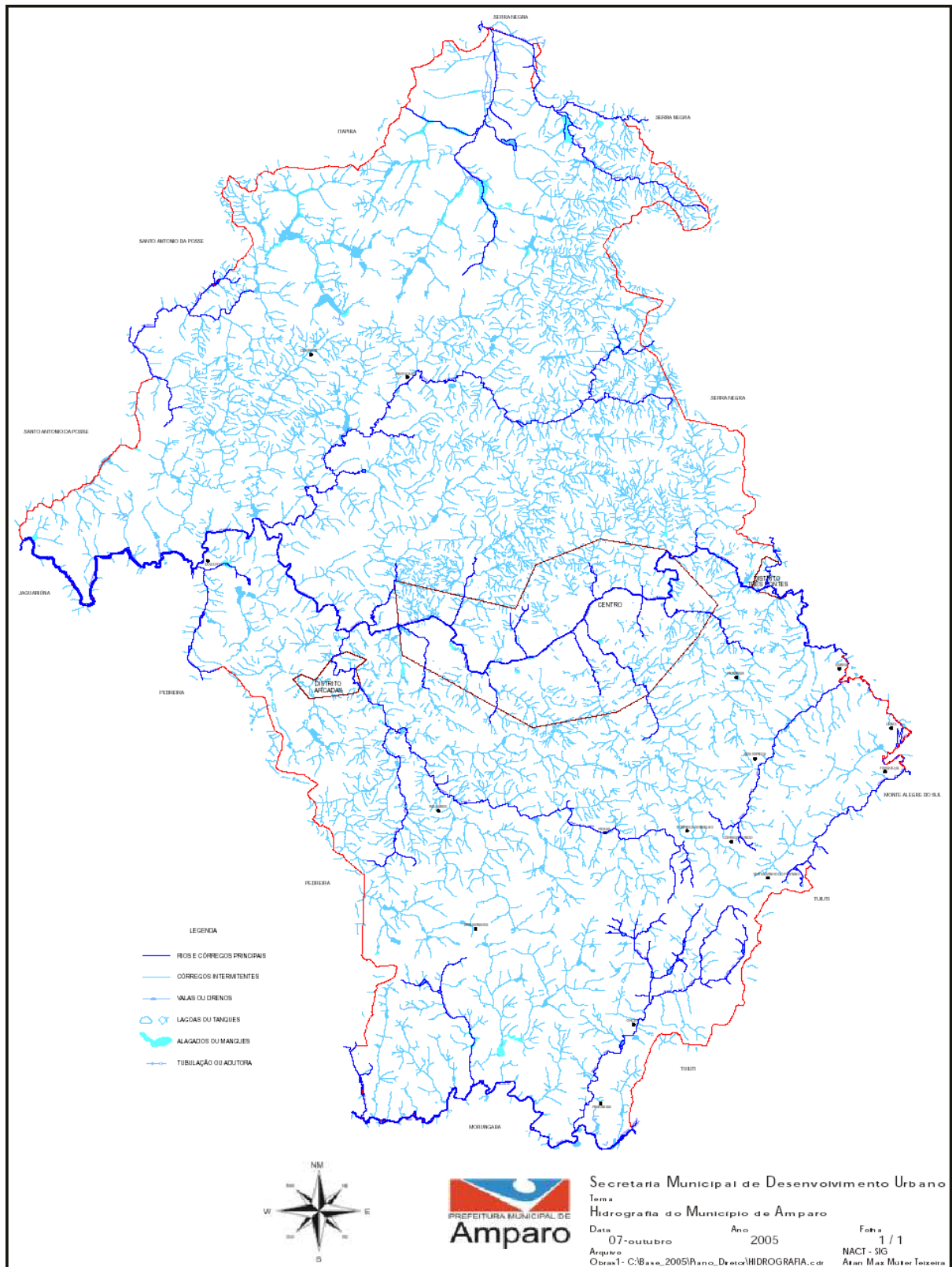
Fonte: <http://www.cidades.com.br>

Figura 9. Bacias hidrográficas dos rios Camanducaia, Jaguari e Atibaia



Fonte: <http://www.apacamanducaia.cnpm.embrapa.br>

Figura 10. Hidrografia do município de Amparo



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

Regionalmente Amparo pertence ao contexto do *Circuito das Águas Paulista*, composto por mais sete cidades: Jaguariúna, Pedreira, Serra Negra, Monte Alegre do Sul, Socorro, Lindóia e Águas de Lindóia. (Figura 11)

Figura 11. Circuito das Águas Paulista



Fonte: <http://www.viagem.uol.com.br>

No Brasil desde o século XIX foram constatadas e institucionalizadas águas minerais com finalidades terapêuticas, presentes em localidades como estas mencionadas. Pelo Código Brasileiro de Águas Minerais, Lei nº. 7841/45, “Águas Minerais, são aquelas provenientes de fontes naturais ou artificiais captadas, que possuem composição físico-química definidas e constantes, com propriedades distintas das águas comuns e com características que lhe confirmam uma ação medicamentosa” (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>).

Diante da existência de águas com as características descritas na região do atual *Circuito das Águas*, os municípios integrantes foram classificados como Estâncias Hidrominerais para compor o contexto do Circuito, logo após a comprovação de uma potencialidade em águas minerais. Amparo levou o título por meio do Dec. n.º 15.190, de 25/10/45 (IBGE). “Desde 4 de novembro de 2004, prefeituras de oito municípios

integram, o Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista, formado com o objetivo de divulgar os atrativos turísticos, despertar o interesse de visitantes e colaborar para o desenvolvimento econômico e social de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>

Fonseca (2006, p.47) diz que a formação histórica das Estâncias Hidrominerais esteve atrelada aos caminhos do ouro, por onde viajantes e pesquisadores utilizavam estes espaços para repousar, encontrando na água mineral a cura para seus males. A autora considera que o uso de águas minerais para tratamentos médicos já estava presente desde o período colonial. Ela ainda lembra que para uma cidade ser considerada Estância Hidromineral precisa conter ao menos uma fonte de água mineral, natural ou artificial, captada propriamente e legalizada por decreto de concessão de lavra expedido pelo Governo Federal, com vazão mínima de 96000 L por 24 h. Deve possuir também balneário para tratamento crenoterápico, ajustando-se aos padrões das águas deste decreto.

Descrita pela presença de águas cristalinas, nascentes de alguns dos principais rios do Estado de São Paulo, com um clima ameno: tropical de altitude, a região composta pelas Estâncias Hidrominerais do Circuito das Águas é atualmente diversificada por centros de lazer e comércio, onde se busca cada vez mais expandir o turismo.

Águas de Lindóia é famosa por suas termas. Já em 1916 o médico italiano Francisco Tozzi descobriu os chamados efeitos medicinais de suas águas e fundou a cidade que hoje é procurada principalmente por esta ligação de imagem com a água mineral, de finalidades terapêuticas (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>). A cidade é considerada hoje *Capital Termal do Brasil*, reconhecida por ser um importante centro hidroclimático, o que estimula a pesquisa no campo de relação da água à recuperação da saúde. O turismo, principal ramo da economia, é proporcionado pelas características naturais da cidade, que já foram mencionadas, contemplando a visita aos locais que permitem um contato com as águas termais como o Balneário Municipal e os Thermas Regionais de Águas de Lindóia (Figura 12), além do contato com animais e passeios que possibilitam visualizar áreas verdes conservadas e o relevo acidentado, marcando o limite com o estado de

Minas Gerais. (Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia. Disponível em: <http://www.aguasdellindóia.sp.gov.br>)

Figura 12. Thermas Regionais de Águas de Lindóia



Fonte: <http://www.aguasdellindóia.com>

Lindóia é tida como a *Capital da Água mineral*, ocupando uma visibilidade nacional, uma vez que 40% da produção da água mineral do país é extraída desta cidade, que se localiza em um vale nos contrafortes da Serra Mantiqueira (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>). Assim como Águas de Lindóia sua principal atividade é o turismo. Os seus grandes atrativos estão ligados às águas minerais, ricas em bicarbonatos, destacando-se também os esportes náuticos realizados no Grande Lago Lindóia (Figura 13): *jet ski*, *wake board*, pesca, natação. Ocorrem no município algumas competições como: *triathlon*, *aquathlon*, *mountain bike*, *moto cross*. Além disso, tem-se desenvolvido um turismo rural nas fazendas, que contempla visitas aos alambiques, práticas de pesca esportiva, esportes radicais, conhecimento do processo de envase da água mineral e alimentação de animais. O comércio de malhas complementa a sua economia, juntamente ao turismo e principalmente à extração das águas minerais para serem comercializadas. (Prefeitura Municipal da Estância de Lindóia. Disponível em: <http://www.lindóia.sp.gov.br>)

Figura 13. Grande Lago Lindóia



Fonte: <http://www.colinasdolago.com.br>

Serra Negra também possui muitas fontes de água mineral a serem visitadas e utilizadas pelos turistas. O turismo rural proporciona um contato com as propriedades bem como a compra de produtos: café, queijo, produtos orgânicos, etc. Ocorre também um turismo de aventura e passeios de trem pela cidade. A economia local se volta além do turismo ao tradicional comércio de malhas, acessórios e moda em couro, artesanatos, doces e laticínios (Figura 14) realizados no centro da cidade (Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra. Disponível em: <http://www.serranegra.sp.gov.br> Serra Negra possui uma variedade de eventos durante todo o ano, um dos mais conhecidos é o *Megacycle*, reunindo os motociclistas de todo o Brasil para exibição de seus mais diversos modelos de motos.

Figura 14. Comércio no centro de Serra Negra



Fonte: <http://www.paladium.com.br>

Socorro é bastante conhecido por seus esportes de aventura praticados em rios, como o *rafting* (Figura 15), *bóia cross*, *canyoning* além de *mountain biking*, trilhas de *jeep*, *asa delta* e *trike*. Possui como nos outros municípios citados um turismo rural e de lazer aos mesmos moldes, um turismo ecológico. A cidade possui também um comércio local forte, atrelado ao fabrico de malhas, tricô e artesanatos, que são comercializados em uma feira permanente. (Prefeitura Municipal de Socorro. Disponível em: <http://www.socorro.sp.gov.br>)

Figura 15. Rafting no rio do Peixe, em Socorro



Fonte: <http://www.folha.uol.com.br>

Em Monte Alegre do Sul, pode-se encontrar a cachoeira do Falcão, uma das mais importantes atrações para turistas que gostam de estar em contato com a natureza. Existe também um balneário estruturado, que proporciona diversos tratamentos hidroterápicos (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>). O município se direciona principalmente ao turismo, contemplando um roteiro de visitação passando por seus alambiques que produzem vinhos e cachaças (Figura 16), suas fontes de água mineral e seu centro histórico, de casarios com estilo arquitetônico colonial, do período cafeeiro. A cultura do morango é tradicional em Monte Alegre do Sul, dando origem a mais famosa festa do município: a *Festa do Morango*, que oferece dentre muitas atrações artísticas a comercialização dos morangos e doces fabricados a partir da fruta (Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul. Disponível em: <http://www.montealegredosul.sp.gov.br>).

Figura 16. Alambique em Monte Alegre do Sul



Fonte: <http://www.montealegredosul.sp.gov.br>

Em Pedreira e Amparo, na Reserva Ecológica “Mundão das Trilhas”, é possível seguir em alguns trechos do Rio Camanducaia, conhecendo as antigas trincheiras da Revolução de 32. Amparo, chamada Capital Histórica do Circuito das Águas, possui muitas fontes naturais. (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>).

Pedreira é um município que tem como principal atividade o comércio de porcelanas e louças fabricadas localmente (Figura 17), o que atrai um grande número de turistas. Além deste importante produto outros mais estão sendo comercializados, indicando uma variedade da produção: materiais de faiança, madeira, alumínio, vidro, plástico, cerâmica, gesso, resina e ferro. As lojas que vendem os produtos acima descritos localizam-se em local de fácil acesso e permanecem abertas em finais de semana e feriados. Existem também outros atrativos bastante significativos como o Zôo Bosque e o Observatório Astronômico. Atualmente tem havido um interesse em despertar o turismo rural, como em outros casos já citados no Circuito das Águas, tendo em vista visitas às propriedades e a produção de alimentos do campo para o comércio como queijos, compotas, licores, geléias, cachaça, etc. As trilhas, passeios a cavalo e a pesca também proporcionam momentos de lazer ao turista. (Prefeitura Municipal de Pedreira. Disponível em: <http://www.pedreira.sp.gov.br>)

Figura 17. Comércio de Porcelanas em Pedreira



Fonte: <http://www.pedreira.sp.gov.br>

Amparo, diferentemente dos outros municípios do *Circuito das Águas*, não apresenta o turismo como principal atividade econômica. A diversidade de atividades que contribuem com a sua economia, como a indústria, comércio, agricultura e o turismo mais secundariamente, revela a identidade do município, que não possui função determinada. Apesar disso, começou-se a investir mais no turismo durante estes últimos anos, principalmente com a criação do Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista em 2004.

As propriedades rurais tem sido um dos importantes atrativos do município (Figura 18), além dos parques ecológicos, os passeios que envolvem cavalgadas, pescarias, a visitação de alambiques e as feiras de artesanato. (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: [http:// www.circuitodasaguaspaulista.com.br](http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br)). A questão do

turismo em Amparo será discutida mais detalhadamente a seguir, uma vez que é um dos focos de estudo deste trabalho.

Figura 18. Fazenda Atalaia, Amparo



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

Jaguariúna é um município que tem se destacado bastante através de sua economia, voltada principalmente às indústrias, que contam com vários setores como: bebidas, informática, comunicações, medicamentos, cerâmica, metalurgia, autopeças e avicultura. Outro ponto forte é o turismo que se desenvolveu fortemente nos últimos anos com o crescimento da atividade hoteleira, associado à ampliação e ao aumento do número de eventos. Destaca-se o *Jaguariúna Rodeo Festival*, um evento que reúne competições entre peões, exibição de animais, shows, entretenimento e gastronomia diversificada. Os serviços disponibilizados por sua boa infra-estrutura como pelos restaurantes, chácaras para lazer e condomínios de luxo, além de outros, também integram os fatores que contribuem como incentivo ao turismo. O principal atrativo turístico da cidade é o passeio no trem *Maria Fumaça* (Figura 19), que passa pelas antigas fazendas cafeeiras. A Estação Mogiana, seu ponto de partida, é hoje um Centro Cultural, um dos mais importantes pontos de encontro da cidade. (Prefeitura do Município de Jaguariúna. Disponível em: <http://www.jaguariuna.sp.gov.br>). A pesca também é apresentada como uma tradicional atividade de lazer no município (Circuito das Águas Paulista. Disponível em: ([http:// www.circuitodasaguaspaulista.com.br](http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br))).

Figura 19. Maria Fumaça, Jaguariúna

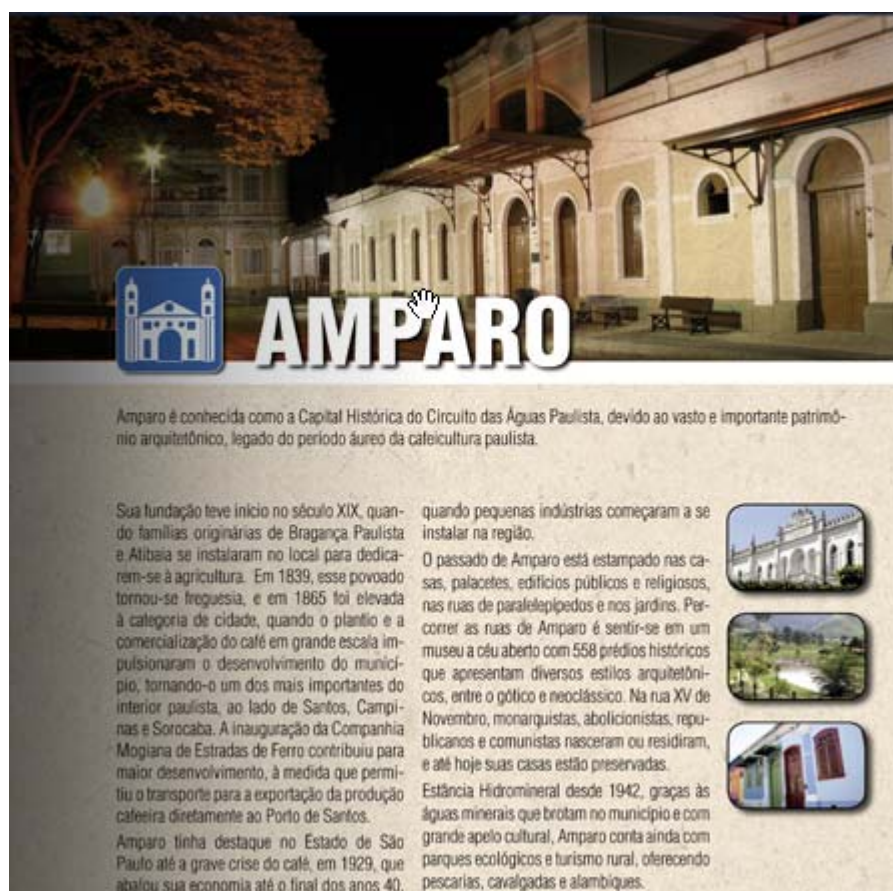


Fonte: <http://www.jaguariuna.sp.gov.br>

Foi lançado recentemente o Catálogo Turístico do Circuito das Águas, resultado da parceria com o Sebrae-SP, através do Escritório Regional Sudeste Paulista, Consórcio do Circuito das Águas e Prefeituras. Os atrativos turísticos dos municípios integrantes do Circuito estão ilustrados com fotografias, mostrando toda a região através do mesmo para serem distribuídas em agências de turismo por todo o país. Esta publicação faz parte do projeto “Redescobrimo o Circuito das Águas Paulista”, para fortalecimento do turismo. O gerente do Escritório Regional do SEBRAE-SP no Sudeste Paulista diz que o objetivo de sua ação é promover uma qualificação dos empreendimentos, principalmente os micro e pequenos negócios ligados ao turismo para dar maior sustentação à atividade pela geração de empregos, renda e desenvolvimento territorial (SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>).

Por meio deste catálogo, Amparo já aparece com uma imagem atrelada ao patrimônio cultural (Figura 20). O roteiro sugerido para visitaçao passa pelas construções neoclássicas da cidade, representativas do período cafeeiro, que revelam a paisagem repleta de casarios do século XIX, além das ruas de paralelepípedos, fazendo uma memória ao passado; sem se esquecer dos atrativos ecológicos como os parques e o turismo rural das fazendas.

Figura 20. Amparo no Catálogo Turístico do Circuito das Águas



Fonte: <http://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br>

A fim de que se preservem as características que dão às cidades o título de estâncias, sejam elas hidrominerais, climáticas, balneárias ou turísticas, foi preciso criar um órgão que movesse fundos em favor da manutenção dos equipamentos e infraestruturas para promover um uso adequado e sustentável destes locais dotados de qualidades específicas. Deste modo, existe grande interesse em se legitimar uma cidade como estância, na medida em que são proporcionados investimentos financeiros a favor da mesma.

De acordo com Bueno, o Fundo de Melhoria das Estâncias foi criado por meio da lei nº 10.167 de 4 de julho de 1968, que se atrelou, posteriormente, à autarquia "Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias - FUMEST, e depois se extinguiu em 15 de junho de 1989, pela lei 6470/89, criando automaticamente o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE, regulamentada pelos decretos de números 30.624/89 e 30.625/89 de 26 de outubro de 1989. O DADE apresenta-se como um órgão ligado diretamente à secretária de turismo do estado. Com o surgimento do

mesmo o estado de São Paulo deu um maior suplemento orçamentário aos municípios que o integram, tendo como objetivo fomentar e implementar investimentos nos municípios membros tornando-os mais adequados para receber o turismo. Os municípios ficam responsáveis por enviar ao órgão estadual projetos de construção e/ ou manutenção de equipamentos, bem como obras de infra-estruturas ligadas às melhorias de condições da cidade afim de aumentar as potencialidades turísticas existentes no local (BUENO, 2006. Disponível em: <http://www.marcelobueno.com.br>).

Em Amparo o DADE esteve e está dando assistência aos grandes e pequenos projetos da cidade. Um dos exemplos foi a transferência do Centro Político Administrativo para a Avenida Bernardino de Campos (Figura 21). De acordo com D' Andréa (2007), arquiteta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, o terreno conta com mais de 8 mil m² e com área construída de 5602 m², onde permanecem as Secretarias Municipais além do arquivo Municipal. Foram investidos segundo ela 3,3 milhões de reais no Projeto. A arquiteta cita outros exemplos, por onde o DADE contribuiu e contribui efetivamente com fundos.

Figura 21. Paço Municipal *Carlos Piffer* na Avenida Bernardino de Campos



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

O Parque linear *Águas do Camanducaia* (Figura 22), por exemplo, está sendo subsidiado pelo DADE e consiste em um alargamento das marginais pela construção de uma nova pista em área desapropriada para se obter fluxos automotivos em alta velocidade, uma utilização da antiga pista demolida para preservação da mata ciliar, construção de calçadas largas, ciclovia (Figura 23), pista de skate, quadra (Figura 24), áreas de lazer diversas, áreas para cadeirantes e fontes ornamentais.

Figura 22. Trecho do Parque linear *Águas do Camanducaia* à noite



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

Figura 23. Ciclovia do Parque linear *Águas do Camanducaia*



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

Figura 24. Quadra de areia do Parque linear *Águas do Camanducaia*



Fonte: <http://www.amparonews.spaceblog.com.br>

A conclusão, reforma e ampliação do Terminal Rodoviário de Amparo também necessitou de investimentos do DADE. O projeto consistiu em colocação de pisos de granito, organização de fluxos dos ônibus, reformas nas áreas de comércio em seu interior, na administração e sanitários, criando-se também um espaço para informações turísticas, uma praça com chafariz iluminado e passarela coberta. Câmeras de vídeo foram instaladas para monitorar o espaço durante 24 h.

A Reforma das Sete Fontes de Amparo conta também com um apoio financeiro do DADE. Pertencente ao Programa de Reabilitação da Área Central o projeto se baseia na padronização das fontes de água mineral da cidade. Foram instaladas fachadas em madeira pintadas de branco, trocados os pisos, retirados os azulejos, telhados e bancos, e construídos suportes para o auxílio da coleta de água, além da instalação de portões. As fontes receberam depois destas intervenções um painel artístico elaborado por munícipes de 12 anos, escolhidos através do concurso “Pinte uma idéia”, com o objetivo de definir identidade e valorizar um referencial para cada uma das fontes recuperadas, visando uma maior preservação do patrimônio e memória da cidade, além de ressaltar o título de Capital Histórica do Circuito das Águas. (Figura 25)

Figura 25. Fonte Nossa Senhora do Amparo após todas as intervenções



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

Para finalizar os exemplos tem-se ainda dentro do Programa de Reabilitação da Área Central de Amparo o projeto Formador Leste-Oeste, que comporta um rebaixamento da energia elétrica e telefonia, realocação de postes, instalação de novos mobiliários urbanos, adaptação de drenagens e alargamento das calçadas para realçar a paisagem do Centro Histórico Urbano, valorizando fortemente o patrimônio cultural material, compreendido pelas edificações tombadas pelo CONDEPHAAT no final da década de 80; visando criar uma nova imagem para Amparo.

Uma noção sobre turismo faz-se necessária, tendo em vista o enfoque quanto ao desenvolvimento do turismo no município de Amparo. Sendo assim, Rodrigues (2001, p.17) define o turismo como:

...fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida - um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma indústria, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

Conceber o turismo como agente de desenvolvimento significa dizer que ele é “um poderoso fator de valorização dos lugares freqüentemente abandonados pelas outras atividades econômicas, levando para estes sítios eleitos a supressão de marcas, o equipamento coletivo, a promoção comercial e simbólica e novas fontes e receitas de empregos” (CAZES, 2001, p.81). Para que seja viável tornar um território atrativo às demandas turísticas é necessário que se mantenha apropriado seu espaço para o consumo, tendo o intermédio de outras formas de consumo, como expõe Cruz (2001, p.9). Estas podem ser representadas pelos meios de transporte, hospedagem, restauração, agenciamento de atividades, serviços bancários, comércio de bens de consumo de uma forma geral, além é claro dos atrativos a serem visitados; todavia com relação às estâncias do Estado de São Paulo podem-se identificar problemas, constatados pelo trabalho de Fonseca (2006).

Ao realizar um estudo sobre os índices de potencialidades turísticas no Estado de São Paulo, seguindo a metodologia de Rabahy (1980), por um modelo de repulsão/atração ao turismo, a autora conseguiu provar que a grande e mais significativa parte dos municípios com maior potencial turístico são litorâneos, constituindo-se como estâncias, porém muitos municípios que não se apresentam como estâncias possuem mais atrativos do que os municípios que se configuram como tal. Nas palavras de Fonseca,

O índice de potencialidade turística elaborado neste trabalho corroborou a hipótese de que o processo utilizado pelo governo para a classificação das estâncias não é eficiente, vários dos municípios com potencial turístico não são estâncias, e várias das estâncias não possuem potencial turístico. Pressume-se assim que ou a legislação está inadequada ou interesses setoriais têm injustamente privilegiado alguns municípios em detrimento de outros. Ou ambos. (Fonseca, 2006, p. 71)

O que se observa então é uma falta de atratividade em muitos dos municípios considerados estâncias, dado que pode ser e muito acrescido da falta de infra-estrutura necessária para a realização do turismo. Na classificação, os atrativos

foram contabilizados através do mesmo procedimento do Guia Brasil 2004 (Guia 4 Rodas), utilizando um sistema de estrelagem, determinando o número de estrelas para cada um dos atrativos e qualificando-os. Eles são divididos em categorias: diferentes compras, turismo de aventura, evento, parque temático, passeio, cachoeira, construção histórica, museu, igreja, parque, forte, praia, caverna, pesca, feira e gruta.

Segundo Fonseca (2006), o índice de potencialidade turística ainda contou com a relação da força repulsiva, representada pela multiplicação da população pela renda per capita de cada mesorregião selecionada correspondente ao município, sendo a força de atrito representada pela distância em quilômetros para cada par de centro emissor e receptor. A análise de repulsão deve ser questionada pelo fato de a renda per capita não representar uma boa variável. Dentro de uma mesma mesorregião pode-se conter diversos patamares de renda per capita. Além disso, tem-se em vista locais de economia muito frágil que se tornaram potenciais no turismo. E ainda de acordo com Seade (2000) o município de Amparo não possui uma baixa renda per capita. Esta variável fica em torno de 2,95 salários mínimos, enquanto que o Estado de São Paulo apresenta renda per capita de 2,92 salários mínimos.

Neste estudo completo quase 40% dos municípios que são mais potencialmente atrativos para o turismo não são estâncias. Amparo ocupa a posição 44 dos 109 municípios analisados, enquadrando-se em uma das colocações que deveriam ocupar as 67 estâncias de São Paulo. Como já havia sido dito, não somente os atrativos a serem visitados devem ser levados em conta. É de extrema importância analisar as condições de infra-estrutura para receber os turistas, como por exemplo, os serviços de alimentação e hospedagem, transportes, a disponibilidade de bancos, farmácias, comércio, enfim, serviços que possam dar assistência no período na estada.

Quanto à questão da infra-estrutura, nas palavras do próprio Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Patrimônio Cultural de Amparo - Fernando Leme do Amaral - durante a Primeira Semana de Turismo de Amparo, realizada do dia 24/09/09 ao dia 28/09/09, o município ainda requer iniciativas voltadas à propagação do turismo, tendo em vista que o comércio local, por exemplo, não funciona durante finais de semana e feriados, assim como outros serviços que devem dar suporte ao desenvolvimento do turismo como os restaurantes, bares, etc. Apesar disso, ele ressalta que a infra-estrutura para atendimento ao turismo em Amparo melhorou muito durante os últimos anos. Podem-se citar os exemplos da instalação de

nove estabelecimentos hoteleiros a partir de 2001, ampliando o número de leitos disponíveis, bem como a realização de eventos, como o Festival de inverno.

Com as intervenções urbanas sendo realizadas de forma a restaurar e melhorar a paisagem, sobretudo no centro histórico e seus arredores, espera-se manter uma maior atratividade no município, com a intenção de contribuir com um turismo regional através da marca do Circuito das Águas, tendo como o diferencial para a cidade seu patrimônio cultural preservado. Para isto tem-se investido fortemente em reformas que visam à valorização das características que se remetem ao passado do município, através do Programa de Reabilitação da Área Central de Amparo, que será exposto no próximo capítulo.

O Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo

Santos (1988, pp. 24-25) afirma que as paisagens sofrem constantes mutações, e estas podem ter natureza funcional ou estrutural. Em razão da própria dinâmica da paisagem, a mudança se faz ao longo de determinado período; por exemplo, uma rua, uma praça ou logradouro vão assumir distintas possibilidades de acordo com as horas do dia, dias da semana, ou épocas do ano. Além disso, no caso das cidades, a divisão territorial do trabalho também levará à mudança funcional das paisagens. Segundo o autor (p.24), “a sociedade urbana é una, mas se dá de acordo formas-lugares diferentes”, vivenciada por seus variados ritmos, que vão sendo impressos na paisagem. Por outro lado, as mudanças estruturais ocorrerão conforme há um envelhecimento das formas, desvalorização e/ou preferência social por novas formas. Portanto, as transformações acontecem de acordo com as ações sociais.

Esta colocação inicial expressa bem o significado compreendido pelas atuais propostas de intervenção para a área central de Amparo, que levam em conta uma dinâmica de exaltação das paisagens preenchidas por lugares contendo a dimensão da vida pública dos seus habitantes: aquelas que revelam a identidade da cidade por meio de marcas históricas e culturais. É no centro da cidade que ocorre a maior movimentação de pessoas durante toda semana; lugar que passa pelo cotidiano de cada amparense, seja para cumprir os seus deveres de cidadão, na realização de alguma atividade profissional (principalmente no comércio), seja para assumir seu papel de consumidor, ou simplesmente para desfrutar momentos de lazer em áreas verdes ou providas de construções históricas preservadas. As paisagens na área central não são vistas como meramente estáticas e sim compostas por elementos estáticos que ganham valores e importância de acordo com as ações tomadas pela sociedade, neste caso, localmente. É a partir deste eixo que segue a ideologia apresentada pelo Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo.

O Plano Municipal está inserido desde 2004 em um contexto mais amplo já mencionado anteriormente: o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, que vem sendo realizado desde 2003 através da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, do Ministério das Cidades. Este Programa maior foi adotado com a intenção de integrar ações de reabilitação urbana dentro do território nacional, tendo em vista que não havia nenhum programa federal que compatibilizasse as necessidades previstas para cada local nas variadas esferas do poder público. Desse

modo, o Programa tem como função orientar ações nos centros urbanos de forma a subsidiar a conformação de estratégias de intervenções por meio de parcerias e acordos de cooperação e com objetivo de criar uma cidade democrática e diversificada. A permanência da população residente deve ser estimulada nas áreas centrais, contemplando ações de incentivo a atividades que sustentem a diversidade funcional e social, a identidade cultural, bem como o progresso econômico (MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais [relatório da internet]. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 15/02/10).

A preservação do patrimônio urbano, ambiental, paisagístico e arquitetônico de Amparo só foi viabilizada através de duas propostas. Uma delas, a inicial, corresponde à institucionalização do Centro Histórico de Amparo e sua área envoltória pelo CONDEPHAAT, conforme o DO, Resolução 10, 1987, p.97. Com a mobilização de interesses municipais em favor da conservação do patrimônio da cidade, o poder público local tornou-se cada vez mais propenso a criar seus próprios mecanismos de preservação patrimonial. O Plano de Reabilitação é um exemplo disso e se constitui na segunda proposta, a de ação local, de valorização daquilo que já foi pré-estabelecido, o patrimônio edificado do Centro Histórico de Amparo.

A seguir será explanado de forma resumida o Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo, produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Toma-se como ponto de partida considerações apresentadas por Lima (1998), em primeiro lugar a configuração do traçado urbano na área central, ou seja, o traçado do Centro Histórico. Manteve-se o rigor quanto aos termos utilizados no próprio documento.

A estrutura urbana ocupada pelo Centro Histórico de Amparo foi definida pelos traçados que ligavam no início do século XIX as terras de Mogi Mirim às terras de Bragança Paulista, no sentido norte-sul, e os que ligavam as terras do sul de Minas Gerais às terras de Campinas, no sentido leste-oeste. A principal linha de crescimento de Amparo se deu por este último sentido, que acompanha paralelamente a margem esquerda do Rio Camanducaia. A população foi se assentando nos terrenos mais baixos, com declividades suaves. Os terrenos no entorno da malha urbana, possuem um relevo mais acidentado, com altas declividades, onde foi dificultada a instalação de núcleos urbanos. Assim, através das ruas do centro ainda é possível visualizar a paisagem natural ou rural das encostas (Figuras 26 e 27), tanto nas ruas paralelas, quanto nas transversais ao Rio Camanducaia. (SMDU, AMPARO, SP. SECRETARIA

MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-SP. Recursos urbanísticos. In: Caderno II, Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo. Acervo do CONDEPHAAT.).

Figuras 26 e 27. Paisagens vistas de ruas transversais ao Rio Camanducaia



Fonte: SMDU, AMPARO, SP. [s.d.].

Ao longo da extensão leste-oeste destacam-se três espaços públicos formadores, marcas da história da cidade. São eles a Praça Matriz Nossa Senhora do Amparo, antiga Capela Nova construída em 1829 (Figura 28); o Largo da Igreja do Rosário, que estava presente em documentos desde 1838 (Figura 29) e a Praça Pádua Salles, no entorno do Largo da Estação, que se originou da chegada de uma linha da estrada de ferro Mogiana, inaugurada em 1875, com a expansão da cultura do café na região (Figura 30).

Figura 28. Praça Matriz Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 24/02/10

Figura 29. Largo da Igreja do Rosário



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 24/02/10

Figura 30. Praça Pádua Salles



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 23/02/10

O caminho leste-oeste atualmente é preenchido por outros importantes espaços da cidade como a rua principal do comércio (Treze de Maio) (Figura 31), o Jardim Público (Figura 32), os conjuntos urbanos da Rua XV de Novembro (Figura 33), além de estarem associados a outros pontos de referência no sentido norte-sul, como o Largo do Mercado (Figura 34) e a Praça da Bandeira (Figura 35). Os principais pontos citados que correspondem ao eixo leste-oeste são lugares referidos como portadores da dimensão pública da vida na cidade, os quais representam uma relação de identidade dos habitantes com Amparo, e por isto devem ser sempre destacados e preservados, justamente por possuírem valor significativo para a população.

Figura 31. Rua Treze de Maio



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 23/02/10

Figura 32. Jardim Público



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 25/02/10

Figura 33. Rua XV de Novembro



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 24/02/10

Figura 34. Largo do Mercado Municipal



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO, 2009. Disponível em:

<http://www.amparo.sp.gov.br>.

Figura 35. Praça da Bandeira



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 24/02/10

O Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo tem como principal objetivo valorizar o patrimônio urbanístico, arquitetônico e paisagístico da cidade, preservando de ameaças ou danos, como vinha ocorrendo, principalmente antes da ação do CONDEPHAAT. Busca-se garantir a preservação do patrimônio cultural imaterial e material, tendo em vista os bens tombados: conjuntos edificados, o mobiliário, equipamentos urbanos, características da paisagem e do traçado urbano. O Plano visa a um maior aproveitamento dos espaços públicos da cidade, associando-se a uma conscientização da população quanto à importância do patrimônio cultural como bem público, para assegurar respeito e conservação de valores que se remetam a história de Amparo. (SMDU, AMPARO, SP. SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-SP. Recursos urbanísticos. In: Caderno II, Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo. Acervo do CONDEPHAAT.).

O Plano também tem como objetivo proporcionar novas e melhores condições de acesso a moradia no centro da cidade, principalmente com relação à população de baixa renda. Deverão ser adotados mecanismos legais que envolvam habitação social no centro, com incentivo ao aluguel social nos imóveis de interesse histórico e que não cumprem função social. Através dos instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade como a utilização compulsória, o IPTU progressivo, direito de preempção, bem como incentivos fiscais, espera-se que haja investimentos por parte de empreendedores para a recuperação dos imóveis. O projeto de construção de conjuntos habitacionais com interesse social deverá ser realizado em locais identificados como vazios urbanos e edifícios ociosos.

Uma série de ações de apoio ao Plano foi estipulada. São exemplos dessas ações: a mobilização de comunicação e informações através de campanhas educativas e de conscientização da população envolvendo a preservação de bens com interesse histórico e cultural; a criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio e de leis municipais visando garantir a íntegra preservação do patrimônio cultural da cidade, como a aprovação da lei que prevê o surgimento de normas para aplicação de anúncios publicitários na área envoltória do Centro Histórico de Amparo (medida de proteção ao patrimônio urbanístico, arquitetônico e paisagístico). O Plano ainda está sendo acompanhado desde o seu início por um grupo gestor, formado por moradores e associações de Amparo e instituições, de maneira que as ações correspondam aos anseios da população.

Outra proposta do Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo é a criação do Parque Linear (Figura 36), que já está quase finalizado, para resgatar espaços de lazer e contemplação, promovendo o acesso ao rio Camanducaia na região do Mercado (Figura 37), e aproximando o espaço do rio ao do passeio pelo Centro Histórico.

A reestruturação do sistema de circulação também foi visada de forma a reordenar o tráfego de veículos, priorizando nesta ordem os pedestres, transporte coletivo, ciclistas e veículos particulares. O Eixo formador leste-oeste deverá ser integrado ao Parque Linear, permitindo um maior aproveitamento dos espaços para passeio em topografias mais aplainadas, com áreas de interesse histórico, turístico, comercial, de serviços e de lazer.

O visual destes passeios está sendo reestruturado com equipamentos e mobiliário urbano, propiciando a permanência das pessoas. Os trechos contemplados pela troca do mobiliário urbano e demais adaptações como pavimentação e ampliação de calçadas, são: Trecho I- a Avenida Bernardino de Campos a partir da rua Manuel Heitor até o início da rua Treze de Maio, Trecho II- a rua Treze de Maio, desde seu início na Praça Pádua Salles até seu final na Praça Monsenhor João Baptista Lisboa, Trecho III- vias públicas que contornam a Praça Monsenhor João Baptista Lisboa, a rua XV de Novembro, Largo do Rosário e rua Luiz Leite até cruzamento com rua Silva Pinto e Trecho IV- rua Luiz Leite a partir da rua Silva Pinto até o Jardim Público. Os trechos III e IV já estão finalizados.

Figura 36. Trecho do Parque Linear *Águas do Camanducaia*



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO, 2009. Disponível em:

<http://www.amparo.sp.gov.br>

Figura 37. Proposta para o Largo do Mercado



Fonte: SMDU, AMPARO, SP. [s.d].

O Plano ainda prevê a instalação de um equipamento cultural (cine-teatro-auditório) em um terreno de cerca de 770 m² ao lado da igreja Matriz, com 250 lugares e estacionamento em subsolo para 40 vagas. As novas construções que poderão ocorrer em escassos vazios urbanos e área envoltória deverão obedecer aos seguintes critérios:

I. Seja considerado o contexto histórico, e para tal, os projetos deverão basear-se numa análise a morfologia urbana existente e de suas funções.

II. As construções sejam contemporâneas e, portanto expressem “o espírito de sua época”.

III. O principal princípio a ser considerado é o de reintegrar os espaços vazios da estrutura urbana. As soluções de projeto devem variar de acordo com os valores culturais e tradições históricas, e tipo e os imóveis existentes e o grau de homogeneidade do lugar.

IV. As edificações devem apresentar: ritmo, volumetria, imagem, materiais, relação entre cheios e vazios, de modo que favoreçam a noção de ambiência e conjunto urbano e contigüidade com a estrutura urbana histórica.

(SMDU, AMPARO, SP. SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-SP. Recursos urbanísticos. In: Caderno II, Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo. Acervo do CONDEPHAAT.)

Os três principais eixos que estruturam a circulação na cidade são os eixos norte-sul (Mogi-Mirim-Bragança), leste-oeste (Sul de Minas-Campinas) e o Rio Camanducaia: eixo primário e com grande significado para a cidade. A reabilitação urbana passou em primeiro lugar pela reabilitação do rio Camanducaia: especificado no sentido ambiental, biológico, informacional, simbólico, funcional, urbanístico,

paisagístico, arquitetônico. O projeto tratou de recuperar a imagem do rio enquanto linha que divide duas margens, com vocação para ser espaço de lazer, aproximando-o a uma paisagem de vivência e passeio, onde através do rio possa-se notar a história da cidade, trilhando seus principais caminhos, sua origem. Ao contrário do intenso tráfego de veículos que ocorria nas marginais, a idéia do Plano foi de sustentar a dita mais saudável e democrática forma de circulação: a caminhada, tanto no Parque linear quanto no Centro Histórico. As políticas do projeto consistiram em:

1º. Prioridade aos pedestres, através de melhorias e ampliações das calçadas, adequando-as sempre que possível, às exigências para acessibilidade universal. As boas condições da calçada também estimulam e proporcionam o andar, seja dos cidadãos amparenses, seja daqueles que querem reconhecer o valor do patrimônio histórico da cidade.

2º. A eficiência e qualidade do transporte coletivo complementam o quadro desejável de desestímulo do transporte particular na área em foco. A proposta de um circuito constante e regular de micro-ônibus oferece, concretamente, as condições de substituição do transporte privado pelo coletivo. Promover redefinição dos itinerários, circuitos, pontos de parada, abrigos e frequência.

3º. Reconhecer o uso da bicicleta como meio de transporte particular bem utilizado pelos amparenses, oferecendo e integrando uma ciclo-faixa que cruza o centro, ao projeto de ciclovia desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Amparo a ser implantada no Parque Linear e demais áreas afastadas do centro da cidade.

4º. Evitar o chamado tráfego de passagem de veículos particulares pelo centro da cidade, oferecendo melhores condições e eficiência no sistema arterial primário constituído pela Av. Dr. Carlos Burgos, incluindo a construção de canteiro central em toda sua extensão. A continuidade dessa via, comparada às descontinuidades das vias locais tendem a desestimular o tráfego de passagem, ao mesmo tempo restringir o tráfego na Av. Francisco Prestes Maia, de modo a liberar área verde e de lazer na margem do rio Camanducaia que toca o centro da cidade, principalmente, na área do Mercado Municipal.

5º. Adoção do sistema binário para circulação de veículos automotores na área do centro expandido, a partir do reconhecimento das características e dos fluxos do sistema viário existente.

6°. *Implantação de proposta para o caminhar confortável e universal (denominado no Curso de Capacitação, de “Amparo acessível”), observando condições topográficas favoráveis e integrando áreas de interesse histórico, comerciais, de serviço e de lazer e sempre quando possível, adequá-los a norma 9050 (ABNT), nos itens relativos aos espaços externos e ambiente urbano (acessibilidade aos deficientes físicos).*

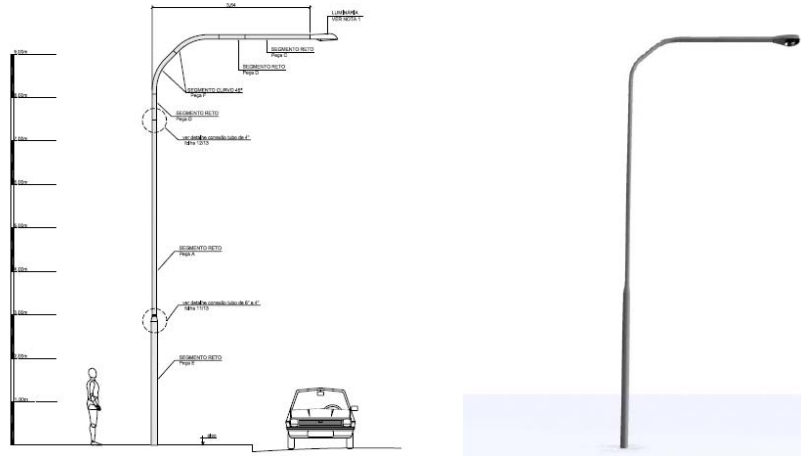
7°. *Restringir o acesso de veículos pesados e de grande porte na Área Envoltória, regulamentando horário e vaga de carga e descarga.*

8°. *Redefinir a área de Zona Azul, táxis, estacionamento, para compensar diminuição de vagas em função de intervenção no eixo da Rua 13 de Maio, de forma a promover a rotatividade.* (SMDU, AMPARO, SP. SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-SP. Sistemas de circulação. In: Caderno II, Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo. Acervo do CONDEPHAAT.).

Quanto à questão do mobiliário urbano a ser instalado na área central, foram demarcadas as seguintes necessidades: padronizar o mobiliário urbano para promover melhoria do visual na cidade; eliminar poluição por excesso de componentes do mobiliário, proporcionando rearranjo de suas formas e espaços adequados às propagandas publicitárias; melhorar a acessibilidade à circulação, principalmente de pedestres, dada pela remoção de obstáculos e diminuição de possíveis interferências.

Os equipamentos que já foram e/ou serão implantados são: Postes de iluminação pública e de iluminação cênica (Figuras 38, 39 e 40) com fiação subterrânea, substituindo os postes existentes, para limpar o visual da área do Eixo formador leste-oeste. Com os fios passando por baixo da terra as construções tombadas e listadas por interesse histórico ficam mais fáceis de serem contempladas pelo observador. Leva-se em consideração a grande importância da iluminação cênica que se volta às próprias construções ditas, garantindo a sua exaltação e desvio do olhar para a arquitetura neoclássica presente no Centro Histórico. Além disso, este tipo de iluminação é um instrumento que torna possível a reconstrução de um ambiente nostálgico, do passado da cidade.

Figura 38. Poste de iluminação pública



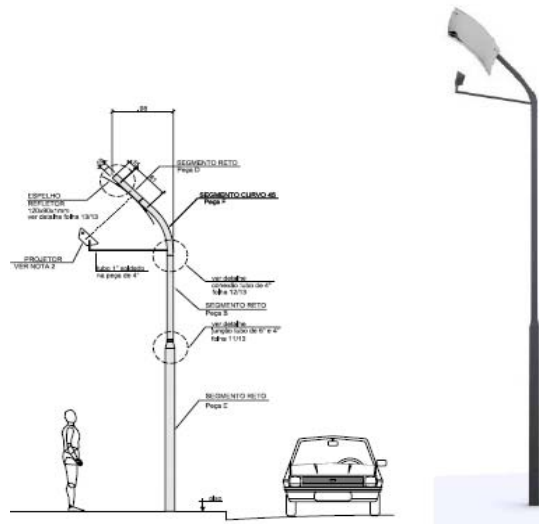
Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 39. Poste de iluminação pública



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

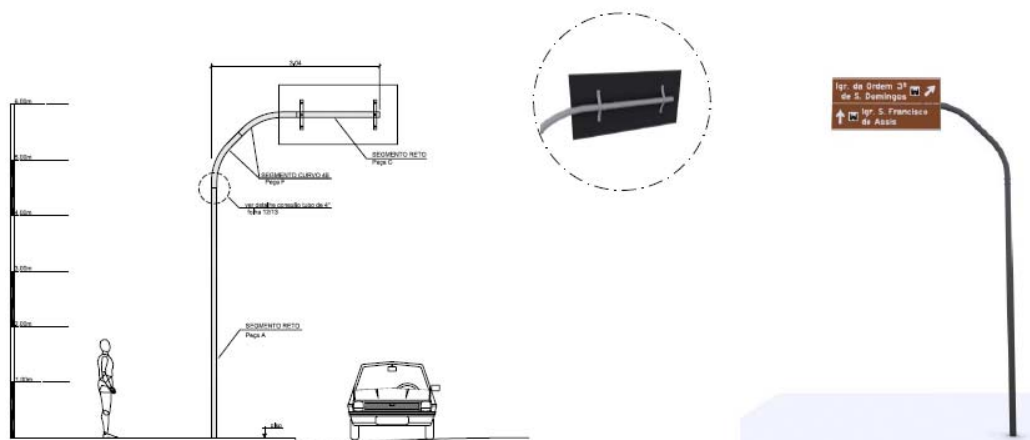
Figura 40. Poste de iluminação cênica



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Suportes de placas de informação e suportes de sinalização do Circuito Turístico (Figuras 41 e 42). Estas são placas quadrangulares e retangulares com cantos mais arredondados, protegidas por metal, para minimizar os riscos de acidentes. Outra idéia do novo formato proposto para estes suportes para informação e sinalização é que também tomem menos espaço, cumprindo sua função sem poluir o visual do Centro Histórico e Área Central. Apesar disso, ainda pode-se notar que a depender do ângulo de visada representam um empecilho na visualização das construções históricas.

Figura 41. Placa de sinalização sobre vias



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 42. Placa de sinalização sobre vias



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Lixeiras e recipientes para lixos todos padronizados, adotados para uma uniformização e melhoria do visual urbano, além de contribuírem com a limpeza da cidade. (Nos cruzamentos das ruas, principalmente em esquinas diagonais, para não dificultar a circulação) (Figuras 43 e 44)

Figura 43. Lixeira



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 44. Lixeira



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Bebedouros, também padronizados (Nas praças serão substituídos por novos e estudarão a implantação de outros pelo Parque Linear) (Figuras 45 e 46)

Figura 45. Bebedouro



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 46. Bebedouro



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Bancos (Idem aos bebedouros) (Figuras 47 e 48).

Figura 47. Banco



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 48. Banco



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Bicicletários (Ao longo da ciclo-faixa no Eixo formador leste-oeste, nas praças substituirão os existentes e deverá ser estudada a implantação de outros no Parque Linear) (Figuras 49 e 50).

Figura 49. Bicicletário



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 50. Bicicletário



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Totem e Mupi (Totem: uso publicitário e informação de bens patrimoniais em imóveis isolados, praças, largos, onde houver espaço adequado para não dificultar circulação; Mupi: uso publicitário e institucional, nas vias de maior circulação, principalmente em canteiros centrais) (Figuras 51, 52 e 53).

Figuras 51 e 52. Totem e Mupi



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

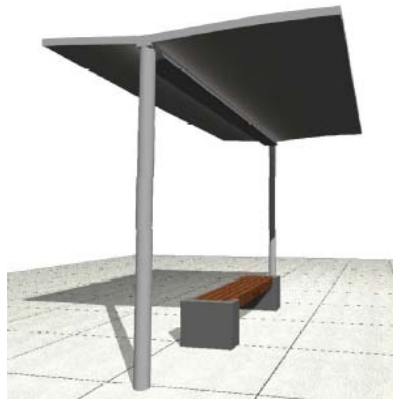
Figura 53. Mupi



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Abrigos (Substituirão os abrigos de ônibus e táxi existentes na área envoltória e Eixo formador leste-oeste) (Figuras 54 e 55).

Figura 54. Abrigo



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Figura 55. Abrigo



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 21/03/10

Quiosques e bancas (Substituirão os existentes e deverá ser estudada a implantação de novos) (Figuras 56 e 57).

Figuras 56 e 57. Quiosque e Banca



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

Fontes (Novo projeto para recuperar as fontes de água mineral de Amparo, criando uma identidade e padronização. Este projeto já foi mencionado em um capítulo anterior) (Figura 58).

Figura 58. Projeto para as fontes



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

A marca de identidade visual adotada pelo Plano (Figura 59) é um desenho que lembra uma flor, portanto se remete ao título popular da cidade: flor da montanha, também fazendo referência a flor de liz, presente no brasão de Amparo. As pétalas são apresentadas como representativas do entorno da cidade, região de relevo acidentado por onde Amparo aflora ao centro, no vale. Além disso, as formas se parecem com o mosaico português, bastante presente nas calçadas da cidade. Os traços curvos característicos do emblema se revelam nos ornamentos dos edifícios históricos tombados, no estilo de uma mandala. Por fim seu significado é tido como um novo desabrochar para uma nova etapa urbana da cidade, que conta com melhorias infra-

estruturais e o resgate à história de Amparo. A marca deverá ser implantada em totens e mupis, para dar informações sobre patrimônios edificados na cidade.

Figura 59. Marca de identidade visual (Amparo)



Fonte: SMDU, AMPARO, SP

As conseqüências da formação de imagens positivas da cidade tendo como base a valorização visual de paisagens culturais devem ser analisadas cuidadosamente. Neste caso possui grande relevância a opinião de Berdoulay e Paes (2008, p. 45). Os autores consideram que uma reabilitação urbana pautada na valorização estética de paisagens constituídas por construções de interesse histórico e cultural e que se volta portanto à atração de capitais, contribui com a incorporação do patrimônio arquitetônico local aos setores como o turismo. A partir daí freqüentemente as imagens da cidade tornam-se padronizadas de tal forma que ocorre uma redução da diversidade de símbolos e objetos culturais pré-existentes, na atribuição de alguns valores em detrimento de outros. Maximiza-se a importância de determinados bens, reduzindo a importância dos demais. Este é apenas um aspecto, dado que foi exposto até aqui um real objetivo de valorização com relação a bens específicos do ambiente urbano em Amparo.

Continuando com a exposição do Plano Municipal, as fontes de recursos para financiamento são: o orçamento do município, o DADE, Projetos enquadrados na Lei *Rouanet* (destaque para os enquadrados no Edital Nacional Petrobrás Cultural), Programas específicos da Caixa econômica Federal, Programas específicos do BID, Parceria com a CPFL, Telefônica e demais concessionárias para o enterramento das fiações aéreas da rede elétrica, telefonia e lógica no Eixo formador leste-oeste, Emendas parlamentares, Fundo Municipal de Cultura, Exploração do espaço publicitário nos lugares previstos na implantação do novo sistema de mobiliário urbano (mupis, totens e quiosques). Também ocorrem parcerias com a iniciativa privada: operações urbanas consorciadas, na intervenção da Rua Treze de Maio com os comerciantes e com a

Associação Comercial e Empresarial de Amparo, nas ações de fomento ao turismo com os empresários ligados ao setor.

Os agentes envolvidos no Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo são: governo estadual: o CONDEPHAAT, que atua na institucionalização do patrimônio cultural da cidade; governo municipal: o Prefeito Municipal que age por meio da gestão geral da cidade através de decisões que culminaram com o Plano de Reabilitação exposto aqui, bem como seus desdobramentos por gestões seguintes; o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo e Fundação Pró-Memória que estão seguindo na direção de uma autonomia da cidade quanto à institucionalização e conseqüentemente preservação do seu próprio patrimônio que até então era protegido pelo governo estadual; Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria da Fazenda, atuando em conjunto para colocar em prática a realização do Plano nas diversas perspectivas; Câmara Municipal de Amparo agindo através da votação de leis municipais que viabilizem a execução de particularidades do Plano; Universidades, atuando com propostas e estudos (Faculdades Integradas de Amparo- FIA, UNICAMP, PUCCAMP, USP), Empresas através dos financiamentos (Indústrias do município, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, CPFL, Telefônica, Petrobrás, SAAE), Grupos organizados da Sociedade Civil, interessados por maximizar lucros econômicos e obter apoio da comunidade (Associação Comercial e Empresarial de Amparo, Conselho Regional de Corretores de Imóveis, CREA, Associação de Imprensa da Cidade de Amparo, OAB, Lar dos Velhos de Amparo, Associação Amparo Eficiente e demais associados ao Curso de Capacitação e Terceiro setor atuando na questão da conscientização quanto ao melhor uso do patrimônio, em atividades de apoio (ONGs que atuam com meio-ambiente, patrimônio cultural, responsabilidade social, educação e cidadania).

Retomando um pouco ao início deste capítulo, nota-se, que o Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo tem como principal característica o resgate daquilo que Rykwert (2004, p.185) chama de cidade do espaço vivido, a parte que contém marcas com um papel significativo dentro do espaço urbano: um mercado, uma fonte, monumentos, teatros, igrejas, etc. São os lugares tidos como “pontos de identidade”, que precisam ser mantidos como forma de orientação e interesse para a população. Esses lugares são destacados fortemente na cidade de Amparo com a

contribuição do Plano exposto até aqui. As paisagens urbanas que foram selecionadas para valorização correspondem aos marcos da vida pública na cidade e abrigam lugares que são referências para os amparenses e também para os turistas, que constituem um interesse do poder público local.

Por outro lado, somente através da vivência prática dos habitantes é que se pode afirmar se o balanço das intervenções realizadas até aqui é positivo ou não para a cidade e para o povo, devendo este ser considerado em primeiro lugar. Assim, no Capítulo 7 será discutida a opinião dos moradores do centro da cidade, sobretudo do Centro Histórico, com relação ao Plano de Reabilitação da Área Central. Tudo isto tem um grande objetivo que é saber se a realização do plano é de fato importante, contando com os depoimentos de pessoas que convivem diariamente com as transformações.

**PARTE III – Poder Público, Identidade Cultural e
Desenvolvimento Local**

O Papel do Poder Público na Formação da Imagem Associada ao Turismo em Amparo

Como já foi salientado em capítulos anteriores, uma das metas do Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo visa à expansão do setor turístico na cidade, atrelado ao contexto de sua região, que conforma o chamado *Circuito das Águas Paulista*. Neste capítulo serão apresentadas considerações do poder público de Amparo com relação ao que se tem feito e ainda deve-se fazer tendo por base a reabilitação urbana na área central da cidade e o desenvolvimento do turismo no município, principalmente ligado ao patrimônio cultural do Núcleo Histórico Urbano. Toma-se como essencial a formação de uma imagem positiva da cidade a partir da evidência dos aspectos histórico-culturais que estão sendo foco do Plano Municipal desde 2004. O poder público é representado aqui pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Patrimônio Cultural, Fernando Leme do Amaral.

Em acordo com as propostas do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (Minc) em que Amparo se insere pelo seu próprio Plano, Fernando Leme do Amaral diz que os principais objetivos a serem alcançados são: a adequação da infra-estrutura urbana para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, garantida pela prestação dos serviços essenciais, a revitalização do centro da cidade e a valorização do centro histórico amparense no destaque dos aspectos arquitetônicos e históricos, além da maior acessibilidade aos bens culturais.

Ainda se tratando do Plano de Reabilitação da Área Central da cidade mas agora com relação ao turismo, ele afirma que a execução das propostas será responsável pela preservação bem como valorização do patrimônio cultural material da cidade, cujo conjunto arquitetônico advém dos séculos XIX e início do século XX, onde em muitos casos os bens se encontram em processo de degradação. Desta forma, o Plano abarca o acesso da população fixa, flutuante ou turística aos equipamentos culturais do município que estão sobretudo na área central. De acordo com Fernando, a revitalização não atenderá somente os aspectos estruturais necessários ao receptivo turístico, mas a configuração enquanto atrativos turísticos, no destaque da história e cultura conservadas no meio urbano, o que justifica o turismo na cidade por seu diferencial.

Enfatizando mais uma vez, a cidade de Amparo não é atualmente reconhecida pelo turismo tendo em vista que nunca se teve uma preocupação com o desenvolvimento do setor ou mesmo a busca pela sua rentabilidade. Novas propostas surgiram a partir do Plano de Reabilitação da Área Central da cidade e com as parcerias

entre as cidades vizinhas, que possuem função turística determinante. O estímulo ao turismo está ocorrendo aos poucos, principalmente através da adaptação infra-estrutural da cidade às demandas turísticas, pela exaltação de atrativos culturais, que se diferenciam das outras cidades da região. O próprio Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural, Roberto Pastana Teixeira Lima, afirma: “Amparo é uma das poucas cidades do estado de São Paulo a conservar pelo menos 100 anos de arquitetura em um conjunto coeso”.

Segundo Fernando Leme do Amaral, a valorização turística do patrimônio cultural de Amparo pode render benefícios para a população local, pois *“a exploração turística do patrimônio cultural de Amparo sempre terá efetiva contribuição da população por meio da importância atribuída à preservação do patrimônio como elemento de afirmação das singularidades locais, em contra partida à homogeneização, efeito da globalização. Compreende-se a valorização e exploração turística do patrimônio cultural como instrumentos de preservação ambiental e de criação de benefícios sócio-econômicos para a comunidade receptora, tanto pela geração de empregos, auto-afirmação da identidade local, incentivo à intervenção e manifestação de cultura, quanto pela movimentação econômica proveniente do fluxo turístico, que permite a captação de fundos que garantam o consumo e produção sustentável do turismo e de atividades de lazer cultural à população”*.

Nota-se que o turismo a ser desenvolvido na cidade é apresentado por Fernando Leme do Amaral enquanto atividade econômica, social e cultural positiva para a cidade e seus habitantes, subentendendo-se uma rentabilidade econômica, a movimentação cultural e a importância de trazer consigo a geração de novos empregos, a afirmação da identidade local, o aumento dos equipamentos para lazer, garantindo também a preservação ambiental da cidade. Estes aspectos que rendem benefícios são o tempo todo apresentados como justificativa a expansão do setor, e mesmo que o turismo possa ter um grande impacto sobre a população, tanto em seu lado positivo quanto em seu lado negativo, os aspectos negativos não são mencionados em nenhum momento.

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Patrimônio Cultural ainda diz que o turismo deve ser fortemente incentivado na cidade de Amparo com a Revitalização do Mercado Municipal, que se tornará um centro de formação e capacitação de mão-de-obra em gastronomia e também atrativo turístico enquanto espaço de convivência, compras de produtos locais, cultura artística e gastronomia (Figura 60).

Além disso, ele cita a obra do Parque linear, que representa uma área de lazer em grandes proporções, propiciando acesso a regiões limites da cidade e por seu aspecto paisagístico agradável e hospitaleiro, compondo o *produto turístico* que está sendo formado em Amparo. Para tal desenvolvimento do setor foi criado recentemente o Conselho Municipal de Turismo, que deverá dar apoio às questões de assessoramento ao turismo no município e suas diretrizes básicas.

O crescimento de uma imagem positiva de Amparo atrelada ao desenvolvimento do turismo se verifica através das mensagens exibidas por placas publicitárias espalhadas na cidade. O novo slogan adotado pela Prefeitura Municipal de Amparo comprova a criação de um novo ideário: “Amparo, um novo tempo, para uma nova cidade.” (Figura 61)

Figura 60. Placa publicitária em frente ao Mercado Municipal de Amparo, que está em processo de restauro



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 04/06/10

Figura 61. Placa publicitária com a divulgação do atual slogan promovido pela Prefeitura Municipal de Amparo sobre a cidade



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo, 04/06/10

Os principais atrativos de Amparo destacados por Fernando Leme do Amaral são: o Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, o Parque Ecológico Orquidário Dr. Paulino Recch, o Observatório Municipal, a Catedral Nossa Senhora do Amparo, a Igreja do Rosário, o Parque Municipal Chico Mendes (Cristo Redentor), o Centro Hípico Hipocampo, a Fazenda São Joaquim, a Adega Benedetti, o Mundão das Trilhas, a Fazenda Atalaia e a Vinícola Terrassos. Ele salienta que a cidade oferece inúmeras alternativas, com foco em turismo ecológico, turismo rural e cultural, com parque hoteleiro composto por diversas tipologias, correspondendo a várias segmentações do mercado, bem como em restauração e gastronomia.

A divulgação e exaltação dos atrativos turísticos de Amparo devem ser fortemente estimuladas, uma vez que se tem a intenção de expandir o setor turístico na cidade. Este é um ponto essencial, pois em muitos casos como poderemos comprovar no próximo capítulo, os próprios habitantes não identificam os atrativos da cidade, apesar de reconhecerem em sua maioria que o turismo pode trazer benefícios econômicos e sociais para Amparo.

A Vice-Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Amparo-SP, Marilda Sandra Franco, afirma que falta muito planejamento para que Amparo se torne

uma cidade turística, pois quase não existe divulgação dos atrativos e fomento do governo local estimulando à ida de pessoas para a cidade. Apesar dos comerciantes de Amparo, ela diz que os mesmos possuem interesses no Plano de Reabilitação da Área Central, isto porque com a melhor visualização das fachadas dos estabelecimentos os lojistas poderão trabalhar uma boa opção de visual *merchandising*, valorizando seus produtos e serviços.

O alargamento das calçadas facilitará a locomoção de pedestres e o melhor acesso aos prédios comerciais, sugerindo ao consumidor que ande a pé pelo centro, dando mais ênfase às lojas. Segundo Marilda Sandra Franco, existe um trabalho a ser realizado a partir do poder público que leva em consideração o funcionamento do comércio em finais de semana e feriados e se houver uma demanda turística os comerciantes com certeza se engajarão no projeto.

Voltando à questão da divulgação e ampliação da imagem da cidade para atender ao turismo, além das placas publicitárias, o poder público ainda está distribuindo panfletos, CDs, publicações, cartilhas, enfim, atuando na promoção de uma imagem positiva da cidade, onde são mostrados principalmente aos habitantes os novos espaços equipados por serviços de lazer, que contemplam a beleza e história de Amparo.

Existem alguns programas de conscientização da população quanto ao patrimônio cultural da cidade, um deles que está em realização é o “Descobrimos Amparo”. Ele está sendo feito nas escolas para dar sustentação a outros programas de conscientização da população levando em conta aquilo que foi levantado como significativo para todos, os valores materiais e imateriais existentes na cidade, tanto na opinião dos alunos quanto dos pais.

Apesar do desenvolvimento de todo um trabalho tanto de conscientização da população aos valores históricos e culturais da cidade quanto de adequação da infraestrutura turística e dos atrativos, o desenvolvimento do turismo com base no patrimônio cultural ainda deve ser alvo de discussões, é o que diz Roberto Pastana Teixeira Lima. De acordo com ele é preciso levar em conta que ocorreu um crescimento muito grande da malha urbana no final da década de 60 e a população praticamente triplicou. A migração que foi significativa acarretou em novas relações, pois o contato dos migrantes com o patrimônio arquitetural e urbanístico passou a ter grande importância.

O Presidente Municipal do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural já coloca uma dificuldade em se manter uma conscientização da população local, então com relação aos migrantes a situação se mostra mais complicada. A população local estabelecendo seus valores e preservando-os pode estimular a população migrante a fazer o mesmo, diz ele. Segundo Roberto Pastana Teixeira Lima, é preciso em primeiro lugar se criar mecanismos de aproximação entre a população de estabelecidos há muito tempo e a população de migrantes, pois as trocas entre os dois já formam uma nova amálgama na cidade. Então só depois o turismo deveria ser pensado.

A imagem positiva de Amparo já está sendo disseminada e o turismo já está em vias de expandir, pois todas as ações estão se encaminhando para tal desfecho. O poder público tem papel essencial nesta nova conjuntura em que a cidade de Amparo está se inserindo juntamente às outras cidades do *Circuito das Águas*. Contudo, os efeitos serão sentidos a longo prazo, e se o turismo não for bem estruturado tanto em relação com os habitantes quanto com as demandas dos turistas os desdobramentos terão sido em vão. É preciso se ter consciência dos possíveis resultados da conformação desta imagem positiva atrelada ao turismo, prevendo os cenários futuros. A cidade deve corresponder primeiramente a um espaço de suporte para as necessidades de seus próprios habitantes, na valorização de tudo aquilo que realmente importa para estes.

Transformação Social do Espaço, População Local e Identidade Cultural

O Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo é um instrumento do planejamento urbano que vem sendo executado para transformação social do espaço no centro da cidade. Esta pesquisa detém-se às modificações já ocorridas no Centro Histórico. As propostas pré-estabelecidas e os objetivos a serem alcançados pelo Plano considerado partiram da iniciativa do poder público local. Mesmo que o Plano tenha sido acompanhado e opinado por alguns setores da população de Amparo, faz-se necessário sistematizar uma primeira impressão dos moradores do centro da cidade quanto às intervenções realizadas até o momento por meio deste. Isto porque o grupo de moradores em questão é o principal alvo das mudanças. Além da análise sobre as transformações sociais do espaço urbano no Centro Histórico da cidade, verifica-se também através deste capítulo a importância do patrimônio cultural institucionalizado em Amparo para os habitantes. Em sua maioria, os residentes mantêm uma relação de pertencimento e identidade com os bens apresentados por seu valor histórico e cultural de tal maneira que se pressuponha uma consciência geral quanto à preservação do patrimônio na cidade.

Para obter uma análise mais aprofundada destas questões foram realizadas 100 entrevistas com pessoas que residem no Centro da cidade de Amparo e, principalmente, no Centro Histórico. Em 20% dos casos as entrevistas não foram realizadas, mas distribuíram-se os questionários para que as próprias pessoas respondessem. As localidades contempladas pela pesquisa foram: Rua XV de Novembro, Rua Décio Pacheco da Silveira, Rua Luís Leite, Rua Humberto Beretta, Rua Silva Pinto, Rua Oswaldo Cruz, Rua Prudente de Moraes, Rua Barão de Campinas, Rua Duque de Caxias, Praça Jorge Pires de Godoi, Rua General Câmara, Rua Carlos de Campos, Rua General Osório, Rua Comendador Guimarães, Rua Albino Alves, Rua Treze de Maio, Rua João de Arruda Pastana e Avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes.

Inicialmente podem-se definir algumas características do perfil demográfico dos entrevistados (Gráficos 1, 2 e 3).

Gráfico 1. Origem da população entrevistada

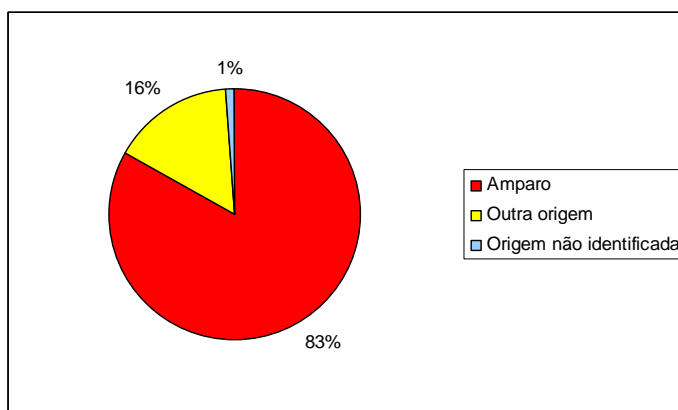


Gráfico 2. Gênero da população entrevistada

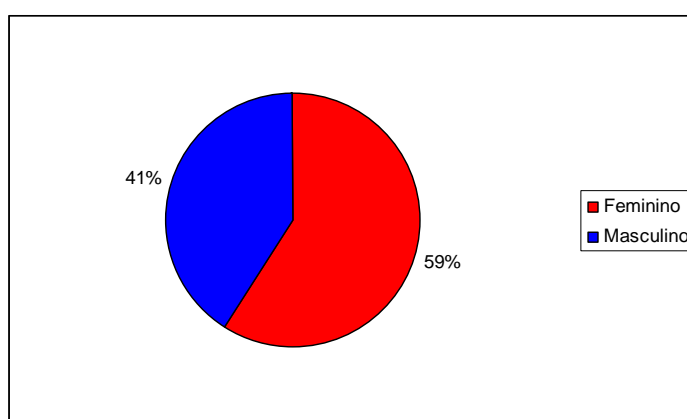
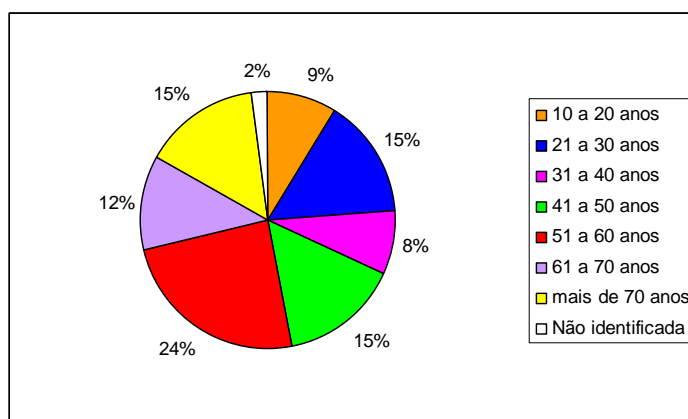


Gráfico 3. Faixa etária da população entrevistada

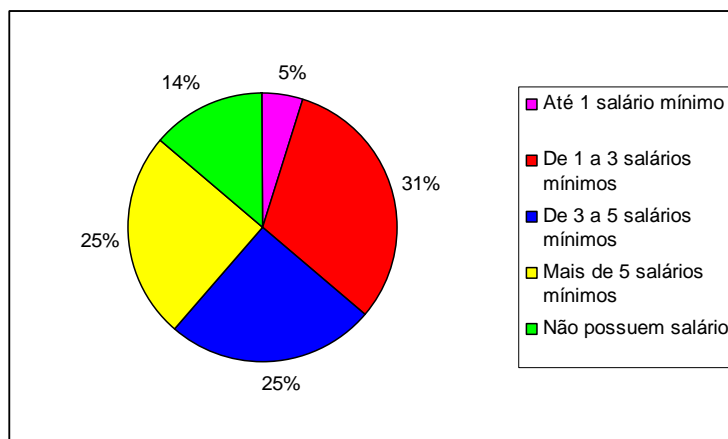


Os entrevistados são, em sua grande maioria, nascidos em Amparo (83%), enquanto 16% são de outra origem: seis pessoas de São Paulo, duas de Campinas, uma de Assis, uma de Jardinópolis, uma de Itapira, uma de Pedreira, uma de Piracicaba, uma de São José do Rio Preto, uma de Dourados, uma de Americana, e uma de origem não identificada. Os questionários foram dirigidos a 59 mulheres e 41 homens, distribuídos pelas seguintes faixas etárias: 9% de 10 a 20 anos, 15% de 21 a 30 anos, 8% de 31 a 40

anos, 15% de 41 a 50 anos, 24% de 51 a 60 anos, 12% de 61 a 70 anos, 15% mais de 70 anos, sendo 2% de idade não identificada.

O perfil econômico foi definido pela renda, apresentada por 5% de pessoas com até um salário mínimo, 31% de pessoas com 1 a 3 salários mínimos, 25% de pessoas com 3 a 5 salários mínimos, 25% de pessoas com mais de 5 salários mínimos e 14% sem salário (Gráfico 4).

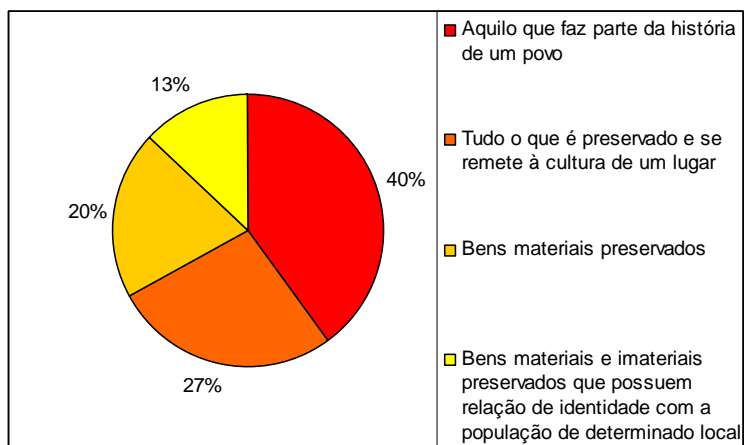
Gráfico 4. Renda da população entrevistada



Os questionários compreenderam 16 questões separadas em 4 blocos: Valores; Turismo e Economia; Mudanças e Permanências e Intervenções Urbanas. O primeiro bloco relativo aos valores teve como intenção buscar o entendimento da população quanto a definição de patrimônio cultural e a sua importância. O objetivo principal foi saber o significado do Centro Histórico de Amparo para a sua população, analisando os diversos valores apresentados pelas pessoas, tais como valor cultural, estético, social, entre outros.

A primeira questão correspondeu à seguinte indagação: *O que é patrimônio cultural para você?* (Gráfico 5)

Gráfico 5. O que é patrimônio cultural para a população entrevistada



Como a questão era aberta, o entrevistado pôde responder à sua maneira, de forma que para computar os resultados as respostas foram divididas em grupos, conforme a abordagem semelhante. Assim foram analisadas todas as questões abertas. Neste caso, foram compartimentados 4 grupos de respostas.

Um dos grupos respondeu que patrimônio cultural é uma herança do passado, tudo o que faz parte da história de um povo (40%). Como exemplos podem-se citar duas respostas. *“É a história de um povo; a operosidade humana (artesanal, científica, artística, etc) que cumpre ser registrada. É através da história que o homem se atualiza, reavalia sua cultura e projeta seus valores”*. *“É tudo aquilo que faz parte da história da cidade”*.

Outro grupo respondeu que patrimônio cultural é tudo aquilo que é preservado e que se remete à cultura de um lugar (27%), sendo que 14% consideram que é de forma geral tudo o que é preservado e se remete à cultura de um lugar, através de frases que assumam esta postura, como, *“É preservação dos valores culturais de uma cidade”*. *“É a cultura da cidade assegurada de alguma maneira”*. 13% já consideram patrimônio cultural como sendo lugares institucionalizados por pontos de cultura, ou lugares que abrigam expoentes culturais. *“Bibliotecas, pinacotecas, museus, teatros, cinemas,...”*

Um dos grupos respondeu que patrimônio cultural são bens materiais preservados (20%), sendo que 12% consideram ser todos os bens materiais preservados de uma cidade: *“É tudo aquilo que deve ser preservado na cidade, como casarões antigos, monumentos e igrejas”*. 8% consideram que são as edificações conservadas. *“São construções antigas conservadas, com valor histórico”*. *“São prédios antigos preservados”*.

O último grupo respondeu que são bens materiais e imateriais preservados que possuem relação de identidade com a população de determinado local (13%). *“É um conjunto de todos os bens materiais e imateriais que devem ser considerados de interesse relevante para identidade da cultura de um povo”*. *“É o conjunto de todos os bens materiais ou não que mantém viva a identidade de um povo”*.

Com esta primeira questão pôde-se notar que a maioria das pessoas que foram entrevistadas associou a idéia de patrimônio cultural a tudo aquilo que faz parte da história de um local, o que determina que algo só possa ser institucionalizado como patrimônio cultural com o passar dos tempos, desconsiderando-se de certa maneira o importante papel do presente momento na construção de novos significados e valores.

Apesar disso, em muitos casos a fundamentação da resposta veio apoiada na relação de identidade que a população tem com a sua história e cultura, construída através dos antepassados e levada adiante até o presente e possivelmente até o futuro. Isto torna a resposta bastante adequada.

Em segundo plano aparece um grupo de pessoas que definem patrimônio cultural retornando à própria palavra. Uma parcela diz que é tudo aquilo que é preservado e se remete à cultura de um lugar, porém a resposta carece de significado mais amplo, devido ao que se entende como cultura neste caso. Outra parcela confunde a idéia de patrimônio cultural, que é aquela de determinados bens providos de valores atribuídos socialmente, mantendo uma relação de identidade com o mesmo, por valores já instituídos há muito, independente desta relação, que são os lugares que abrigam cultura, como as bibliotecas, museus, cinemas, escolas, etc.

O grupo que aparece em terceiro plano desconsidera os valores imateriais do patrimônio cultural e em alguns casos restringe a idéia, visto que o mesmo não corresponde apenas às construções antigas de valor histórico, ou objetos palpáveis de maneira geral. As pessoas tenderam a responder somente pela materialidade, deixando de lado a relevante questão dos fatores intrínsecos aos bens materiais, aquilo que também perdura por apresentar valor, como os costumes, os fazeres, as técnicas, as artes.

A resposta mais bem articulada foi a do grupo que aparece em quarto plano, e por conseqüência teve o menor número de respostas. Este grupo colocou de forma mais clara e evidente o que representa o patrimônio cultural, sem retornar à própria pergunta ou confundir o seu significado.

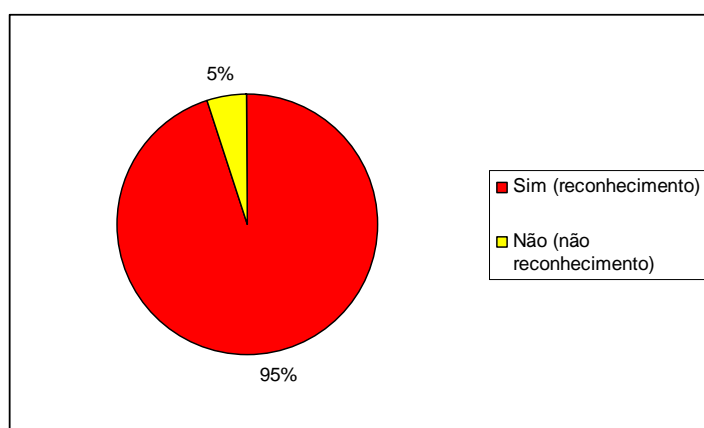
Entende-se que a compreensão do que representa o patrimônio cultural para os moradores do Centro de Amparo não se faz satisfatória. É preciso conscientizar melhor a população quanto à definição de patrimônio cultural, tendo em vista a atuação do poder público nesta área e a importância que tem a população acompanhar os processos que o dizem respeito. Por outro lado, como já foi dito, algumas pessoas demonstraram domínio pelo assunto.

Ainda que a maioria dos entrevistados não tenha a noção correta ou mais apropriada do que seja patrimônio cultural, a segunda questão indica que o Centro Histórico de Amparo é reconhecido como patrimônio cultural em 95% dos casos. (Gráfico6).

(Questão: *Você reconhece o Centro Histórico de Amparo como patrimônio cultural?*)

Este dado comprova o fato de que o Centro Histórico da cidade tem valor diferenciado, precedido de algum significado especial para a população.

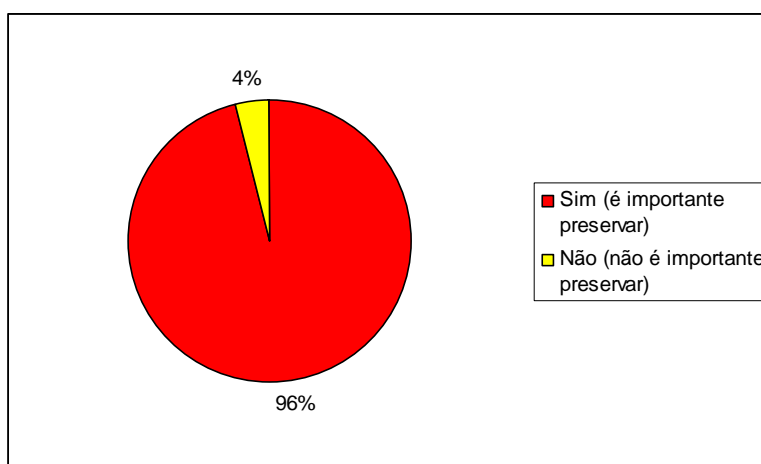
Gráfico 6. Reconhecimento do Centro Histórico de Amparo como patrimônio cultural pelos entrevistados



Na terceira questão foi abordada a opinião dos moradores quanto à importância de se preservar as características arquitetônicas dos casarões antigos e demais construções que se remetam ao passado de Amparo (século XIX) (Gráfico 7).

(Questão: *Você acha importante preservar as características arquitetônicas dos casarões antigos e demais construções que se remetam ao passado de Amparo?*)

Gráfico 7. Importância da preservação das características arquitetônicas das construções que se remetam ao passado de Amparo (século XIX)



Aqui 96 % dos entrevistados responderam que acham importante tal preservação, sendo que deste grupo 75% (72 pessoas) respondeu pela preservação da história e cultura da cidade, 11,45% (11 pessoas) não apresentaram justificativa, 8,33% (8 pessoas) pela beleza das construções antigas, 3,12% (3 pessoas) acham que a

preservação é importante no caso de bens públicos, mas bens particulares não necessariamente e 2,08% (2 pessoas) indicaram a valorização da arquitetura antiga. Daqueles que responderam que não é importante preservar (4%), 50% (2 pessoas) disseram que a cidade não tem vocação para ser cidade histórica, 25 % (1 pessoa) comentou que a cidade precisa ser modernizada e 25 % (1 pessoa) respondeu que as construções antigas estão depredadas e por isto não é importante preservá-las.

A maioria dos entrevistados optou pela preservação das características arquitetônicas das construções antigas (século XIX), principalmente pela preservação da história e cultura da cidade, que o tempo todo se mostrou um objetivo da população, ou seja, um nítido ideal de conservação destes valores. A beleza das construções antigas também apareceu como um fator determinante para a preservação, visto que uma parcela dos entrevistados considerou a estética como elemento preponderante. Apesar de ser superficial, se faz presente nas construções em questão.

Ainda apareceram opiniões que demonstravam interesse pela preservação apenas de bens públicos, não particulares. Se isto ocorresse de alguma maneira os proprietários de construções tombadas ou listadas por órgãos de preservação do patrimônio poderiam modificar totalmente a estrutura, a fachada e o uso dos bens, se assim quisessem. Então, o futuro do patrimônio ficaria a mercê dos interesses privados, toda vez que fosse de posse de algum particular. Isto poderia representar o fim da preservação em muitos casos.

A valorização da arquitetura antiga também foi um indicador para a preservação, isto porque ela foi enaltecida por parcela dos entrevistados por ser rica em detalhes e bom gosto, além de representar muito bem uma época de riqueza econômica do município (período auge da cultura do café no estado de São Paulo).

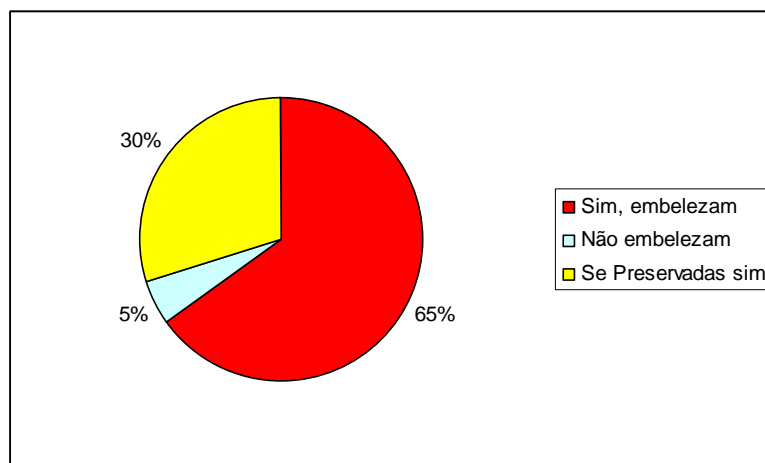
Houve uma minoria que disse que não é importante preservar as características arquitetônicas das construções antigas. Isto porque indicaram que a cidade não tem vocação para ser cidade histórica e assim deve partir para outros rumos que não a exaltação do seu passado, deve-se modernizar a cidade. Estas opiniões contrastam com a maioria e revelam mentalidades de pessoas que não possuem relação de identidade com os bens materiais de interesse histórico e cultural da cidade. Para elas não tem importância a destruição de tais construções.

A última parcela ainda acha que não existe importância em se preservar as construções antigas devido à sua depredação, o que revela um interesse em se manter construções preservadas na cidade e possivelmente com usos ativos e não abandonadas.

A quarta e última questão do primeiro bloco atende pela opinião da população quanto ao embelezamento da paisagem urbana através das construções antigas (século XIX) (Gráfico 8).

(Questão: *Você acha que as construções antigas (século XIX) embelezam a paisagem urbana?*)

Gráfico 8. O embelezamento da paisagem pelas construções antigas (século XIX) na opinião dos entrevistados



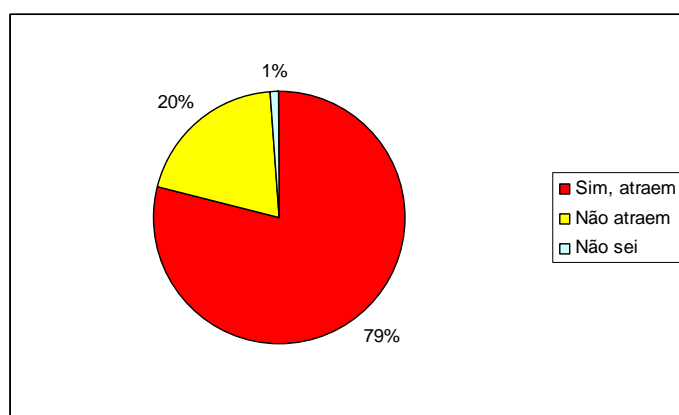
65% dos entrevistados responderam que as construções antigas embelezam a paisagem urbana, enquanto 30% acrescentaram uma ressalva, que é a condição de os bens estarem preservados e assim embelezarem a paisagem. 5% disseram que as construções antigas não embelezam a paisagem urbana.

Pode-se notar que a maioria acredita que as construções antigas embelezam de fato a paisagem urbana, destacando um valor estético notável. Por outro lado, as pessoas que acrescentaram a ressalva determinam a importância que existe na preservação destas construções antigas para os habitantes. A minoria que acha que as construções urbanas não embelezam a paisagem urbana certamente está no grupo da questão anterior que não concorda com a importância da preservação das características arquiteturais das construções antigas.

O segundo bloco de questões aborda turismo e economia, isto porque interessa saber se a população concorda que a preservação das construções antigas (século XIX) da cidade pode trazer benefícios econômicos e estimular o turismo. Este último item tem sido alvo do poder público local, que por meio das intervenções do Plano de Reabilitação vem tentando expandir o setor. Então se torna essencial a visão que a população tem do desenvolvimento do turismo na cidade, se este é visto como fator positivo ou não.

A primeira questão deste bloco levanta uma pergunta chave, que é a seguinte: *Você acha que é possível atrair turistas e incentivos financeiros para a cidade com a preservação de seu passado através da conservação das construções antigas (século XIX)?* (Gráfico 9).

Gráfico 9. A preservação de construções antigas (século XIX) para atração de turistas e incentivos financeiros em Amparo na opinião dos entrevistados

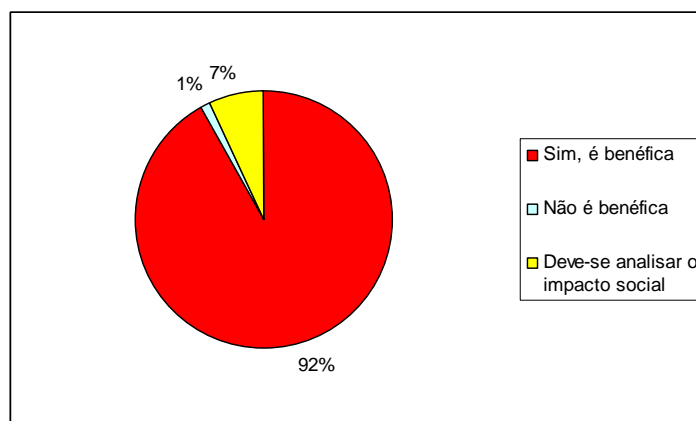


Neste caso 79% dos entrevistados disseram que acham possível, enquanto 20% disseram que não e 1% disse que não sabia (Gráfico 9). Assim pode-se concluir que a maioria da população do centro acredita no fator atrativo das construções antigas, tanto no que se refere ao turismo quanto à economia. A percepção dos moradores é fundamental para qualquer tomada de decisão. Se eles mesmos não acreditassem na atratividade dos bens não seria viável tentar exaltar este perfil da cidade. Uma parte considerável acredita que não é possível e a isto cabe saber os motivos. Alguns deles podem ser constatados através das opiniões já apresentadas, que se referem à degradação das construções, bem como uma descaracterização dos bens e a ânsia pela modernização de Amparo.

A segunda questão analisa se a atração de turistas é benéfica socialmente e economicamente para a cidade e seus habitantes (Gráfico 10).

(Questão: *Você acha que é possível atrair turistas e incentivos financeiros para a cidade com a preservação de seu passado através da conservação das construções antigas (século XIX)?*)

Gráfico 10. A atração de turistas para Amparo na opinião dos entrevistados

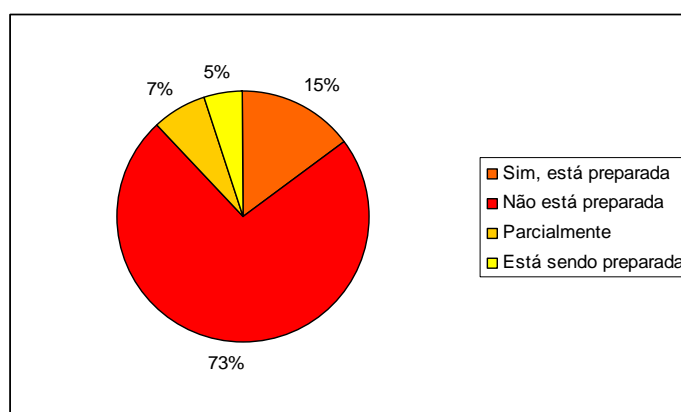


A grande maioria (92%) respondeu que é benéfica, por outro lado 7% dos entrevistados disseram que se deve analisar o impacto social e apenas 1% disse que não é benéfica a atração dos turistas. Este quadro apresentado revela que a maior parte da população acredita que a atração de turistas é totalmente positiva, desconsiderando os possíveis fatores negativos, como a inclusão de turistas acompanhado da exclusão da população local neste processo, degradação do patrimônio ocasionado pelo turismo em massa, aumento do trânsito de veículos ocasionando congestionamento, etc. Os 7% que responderam que se deve analisar o impacto social com certeza pensaram nestas questões.

Na terceira questão do bloco pergunta-se se os entrevistados concordam que a cidade de Amparo está bem preparada com relação à infra-estrutura para receber turistas (Gráfico 11).

(Questão: *Você acha que a cidade de Amparo está bem preparada com relação à infra-estrutura para receber turistas?*)

Gráfico 11. A preparação em infra-estrutura na cidade de Amparo para receber turistas na opinião dos entrevistados

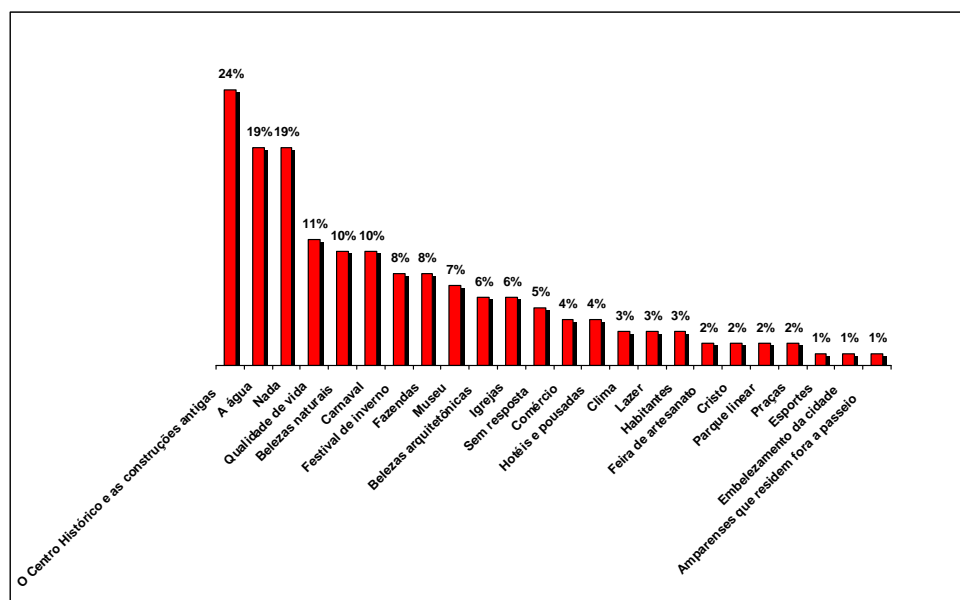


73% daqueles que responderam comentaram que a cidade não está preparada, principalmente devido às defasagens existentes como falta de restaurantes, hotéis, ou até atrativos. 15% acreditam que a cidade está bem preparada e pode receber bem os turistas, isto porque esta parcela não percebe certos pontos que não atingem satisfatoriamente na recepção dos turistas como o outro grupo constatou. Outros 7% acham que a cidade está preparada parcialmente, o que significa que ainda falta suprir alguns pontos de que estes perceberam estar faltando solucionar e 5 % acham que a cidade está sendo preparada, tendo em vista as atuais melhorias na infra-estrutura da cidade, tanto com o Plano de Reabilitação como com aumento e reforma de estabelecimentos e equipamentos urbanos.

A última questão do segundo bloco trata de listar tudo o que atrai turistas para Amparo na opinião dos entrevistados. Todas as opiniões foram levantadas e contabilizadas, de forma que a somatória dessas opiniões não gera 100%, pois uma mesma pessoa pode ter mencionado mais de um atrativo. Então se optou por fazer um gráfico de barras (Gráfico 12).

(Questão: *O que em sua opinião traz turistas para Amparo?*)

Gráfico 12. Os atrativos ao turismo em Amparo na opinião dos entrevistados



Nesta resposta tem-se uma maioria que diz que o principal atrativo de Amparo é o seu Centro Histórico e as suas construções antigas com valor histórico e cultural (24%), o que legitima a expansão do turismo com ênfase neste setor. Em segundo lugar aparece a água (19%), que é vista como grande atrativo pela pessoas, principalmente pela imagem que a cidade apresenta de *Capital Histórica do Circuito*

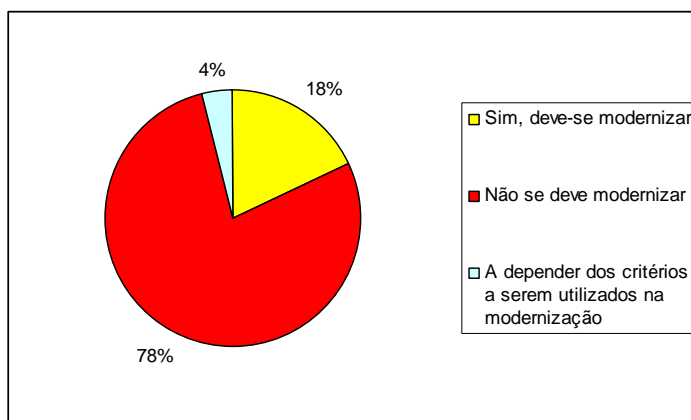
das Águas. É muito interessante notar que ao mesmo tempo em que a água tem uma grande importância na opinião dos entrevistados surge um grupo de pessoas que respondem que a cidade não possui nenhum atrativo (19%). Isto se refere sobretudo ao fato de a cidade não ser turística e ainda não ter apresentado um turismo significativo, tanto com potencial em infra-estrutura como em atrativos.

O terceiro bloco de questões sobre mudanças e permanências teve como objetivo captar a opinião dos entrevistados quanto ao que se referia à preservação e, portanto manutenção das características presentes no Centro Histórico ou a modificação das mesmas.

Na primeira pergunta questionava-se se o entrevistado acha importante realizar uma modernização da cidade mesmo que a construção de novas e modernas edificações destruísse as construções antigas do século XIX (Gráfico 13).

(Questão: *Para você é importante realizar uma modernização da cidade, mesmo que a construção de novas e modernas edificações destruísse os casarões antigos?*)

Gráfico 13. Modernização da cidade com destruição das construções antigas (século XIX) na opinião dos entrevistados



78% dos entrevistados disseram que não concordavam com a modernização acompanhada da destruição das construções antigas, 18% disseram que achavam importante realizar tal modernização e 4% disseram que dependia dos critérios da modernização.

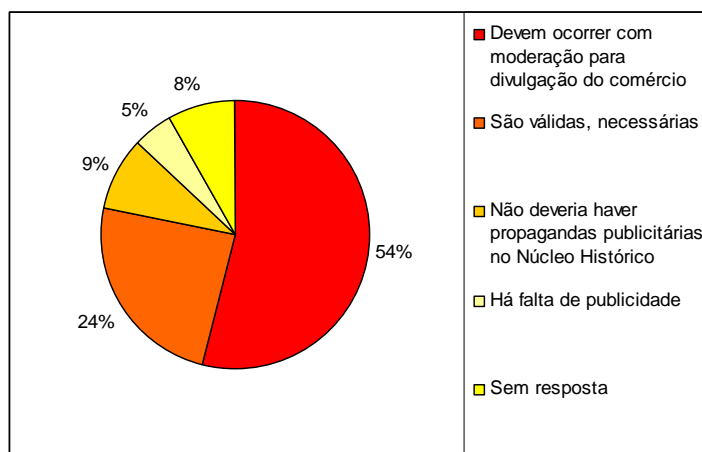
A maioria das respostas neste caso se associou à manutenção das características já existentes, estando de acordo com a preservação das construções antigas, o que revela um grande interesse na permanência do patrimônio cultural edificado e institucionalizado na cidade. Por outro lado, uma parcela de 18% acredita

que a cidade precisa se modernizar, mesmo que isto passe pela destruição das construções antigas. Mais uma vez pode-se perceber que um grupo de pessoas adota uma opinião que vai contra a preservação do patrimônio local, acreditando na renovação urbana como medida para desenvolvimento de Amparo. A menor parcela atribui uma ressalva no caso de se adotar uma modernização na cidade, o que implica que este grupo de pessoas acredite se tratar de questões que podem ser positivas ou não, a depender do que será realizado com a modernização. Para estes é importante o planejamento dos critérios, o que demonstra uma preocupação com refletir antes de tomar decisões que possam mudar a estrutura vigente.

A segunda questão tratou da opinião dos entrevistados sobre as propagandas publicitárias no Núcleo Histórico Urbano da cidade de Amparo (Gráfico 14).

(Questão: *Qual é a sua opinião sobre as propagandas publicitárias no Núcleo Histórico de Amparo, considerando os usos comerciais dos estabelecimentos?*)

Gráfico 14. Propagandas publicitárias no Núcleo Histórico de Amparo na opinião dos entrevistados



54% disseram que as propagandas devem ocorrer com moderação, sem poluição visual e/ou sonora, para divulgação do comércio. 24% acham que as propagandas feitas no Núcleo Histórico são válidas e necessárias. 9% comentam que não deveria haver propagandas publicitárias no Núcleo Histórico, 5% dizem que há falta de publicidade, sendo que 8 % não responderam à pergunta.

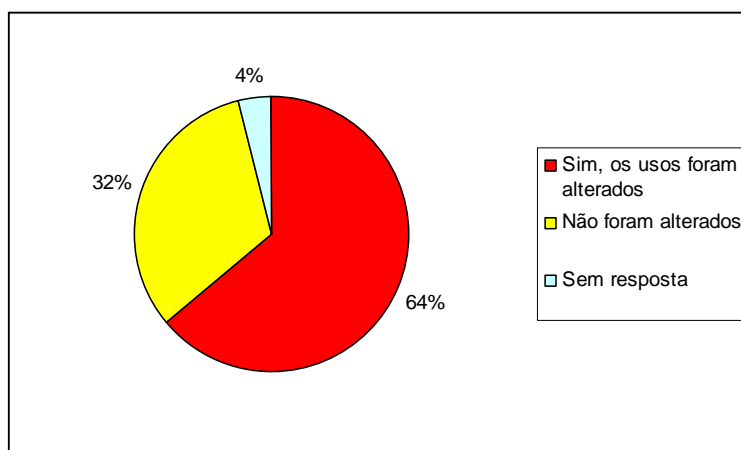
A maioria, com mais da metade das opiniões tem a consciência da poluição visual e sonora ocasionada pelas propagandas no Núcleo Histórico. Para tanto vêm a possibilidade de realização das propagandas, que são necessárias à divulgação do comércio, com moderação. Assim será possível conciliar o interesse dos comerciantes ao bem estar do ambiente urbano no Núcleo Histórico. 24% já não percebem ou não

concordam com os pontos negativos apresentados pelo grupo anterior, sendo que para estes as propagandas são positivas no Núcleo Histórico. 9% são bastante radicais, dizendo que deveria ser proibido realizar propagandas no Núcleo Histórico. Esta parcela também acredita que as propagandas são exageradas e vão além, não concordam com a divulgação do comércio nesta área, principalmente pela manutenção do patrimônio cultural edificado. 5% dos entrevistados disseram que há falta de publicidade no Núcleo Histórico, o que revela uma maior preocupação com a divulgação do comércio e a falta de consciência quanto à melhor preservação do patrimônio material das edificações.

A terceira pergunta do bloco questionou se os entrevistados achavam que os usos dos estabelecimentos na área central da cidade foram alterados, e se sim o que alterou (Gráfico 15).

(Questão: *Você acha que os usos dos estabelecimentos na área central da cidade foram alterados? Se sim o que alterou?*)

Gráfico 15. Alteração dos usos dos estabelecimentos no Núcleo Histórico de Amparo na opinião dos entrevistados



64% disseram que os usos alteraram, 32% disseram que não e 4 % não responderam. Daqueles que disseram que os usos foram alterados 46,87% (30 pessoas) comentaram que muitos estabelecimentos antigos foram destruídos e/ou modernizados, 32,81% (21 pessoas) comentaram que atualmente os usos são mais comerciais e 20,31% (13 pessoas) não comentaram o que alterou.

A maioria das opiniões contou com uma alteração dos usos nos estabelecimentos da área central de Amparo, sendo que as mudanças captadas foram principalmente no que diz respeito à modernização de fachadas e também aumento do comércio em detrimento das residências. A área central sempre teve uma função comercial preponderante, porém com esta pesquisa pode-se notar que este uso aumento

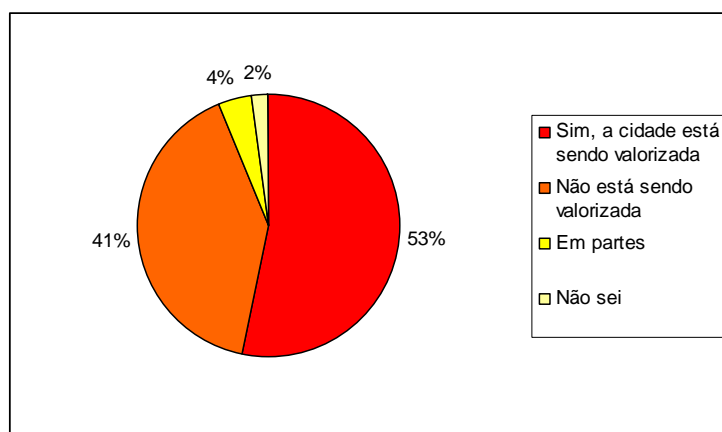
ainda mais com o passar dos tempos, além é claro de o centro ter-se descaracterizado em certa medida pelas transformações estéticas das construções nesta área.

O quarto e último bloco de perguntas teve como tema as intervenções urbanas realizadas atualmente na cidade, se tratando mais especificadamente do Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo.

A primeira pergunta deste bloco questionou se os entrevistados acham que Amparo está sendo valorizada com as atuais reformas e intervenções que estão sendo feitas na área central (Arredores da Igreja Nossa Senhora do Amparo – Matriz, Rua XV de Novembro, Largo do Rosário) (Gráfico 16).

(Questão: *Você acha que a cidade está sendo valorizada com as atuais intervenções/reformas realizadas na área central? arredores da Igreja Nossa Senhora do Amparo-Matriz, Rua XV de Novembro, Largo do Rosário*)

Gráfico 16. Valorização de Amparo com as atuais intervenções na área central de acordo com a opinião dos entrevistados



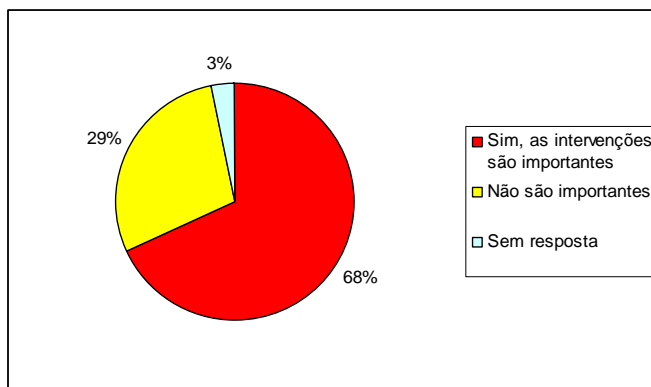
53% responderam que sim, a cidade está sendo valorizada; 41% se opuseram dizendo que não, enquanto 4% disseram que a cidade está sendo valorizada em partes e 2% não souberam responder à pergunta.

Neste caso a maioria dos entrevistados concorda com as intervenções que estão sendo realizadas na área central, isto porque que foi dito que a cidade está sendo valorizada, o que reflete em uma melhoria da imagem de Amparo para o grupo dos 53%. Por outro lado existem aqueles que aparecem em segundo plano dizendo que a cidade não está sendo valorizada. Isto decorre do fato de não concordarem com as intervenções realizadas, culminando com uma piora da imagem da cidade para este grupo. Alguns ainda dizem que a cidade está sendo valorizada em partes, o que implica concordarem com alguns pontos das intervenções e não concordarem com outros.

Na segunda questão deste bloco perguntou-se se os entrevistados acham que as intervenções que estão sendo realizadas na área central de Amparo são importantes para a população e quais seus pontos positivos e negativos. (Gráficos 17, 18 e 19).

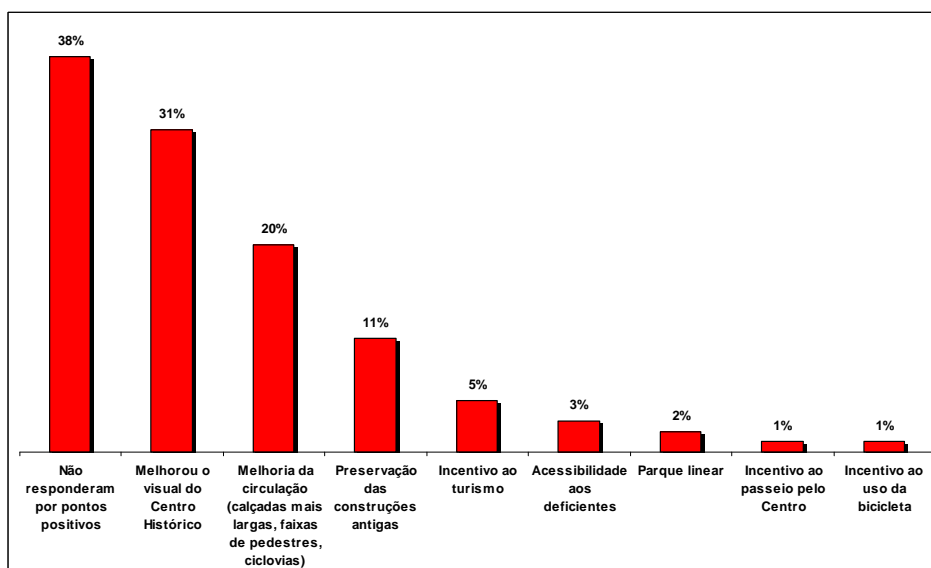
(Questão: *Você acha que estas intervenções são importantes para a população? Quais são os pontos positivos e os negativos destas intervenções?*)

Gráfico 17. A Importância das intervenções na área central de Amparo para a população na opinião dos entrevistados



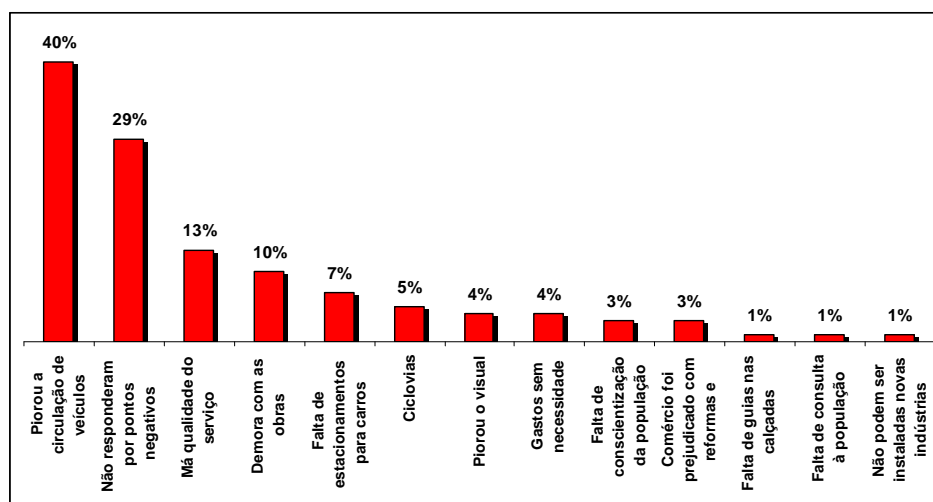
Pela primeira parte da questão 68% disseram que acham importantes tais intervenções, enquanto 29 % responderam que não e 3% não responderam. Aqueles que concordam com a importância das intervenções certamente estão aceitando as mudanças, por outro lado aqueles que não acham importantes as intervenções refletem um grupo que não está de acordo com as mesmas, assim como na questão anterior.

Gráfico 18. Pontos positivos das intervenções na área central de Amparo para os entrevistados



Quanto ao que se trata dos pontos positivos das intervenções, 38% dos entrevistados não responderam por estes pontos, o que significa que grande parte das pessoas não achou que as intervenções foram de fato positivas, ressaltando somente o seu lado negativo. Entretanto, 31% disseram que com as intervenções o visual do Centro Histórico foi melhorado. As opiniões para os pontos positivos compreendem sobretudo a parte a estética, o que torna as intervenções apenas superficiais na visão dos moradores do centro. 20% dos entrevistados comentaram sobre a melhoria da circulação devido ao alargamento das calçadas, faixas de pedestres e ciclovias implantadas, sugerindo uma melhor condição de mobilidade para pedestres e ciclistas. 11% disseram que as construções antigas estão sendo preservadas com as intervenções, principalmente pelo restauro das fachadas. 5% dizem que as intervenções estão ocasionando um incentivo ao turismo, algo que já era planejado pelo poder público. 3% falam sobre a acessibilidade aos deficientes físicos, com a implantação de equipamentos urbanos adequados para receber estes grupos especiais. 2% comentam sobre o Parque linear, quase finalizado, garantindo o lazer da população, além da melhoria do visual nas marginais e 1% fala sobre o incentivo ao passeio pelo centro e incentivo ao uso da bicicleta com a implantação de ciclovias.

Gráfico 19. Pontos negativos das intervenções na área central de Amparo para os entrevistados



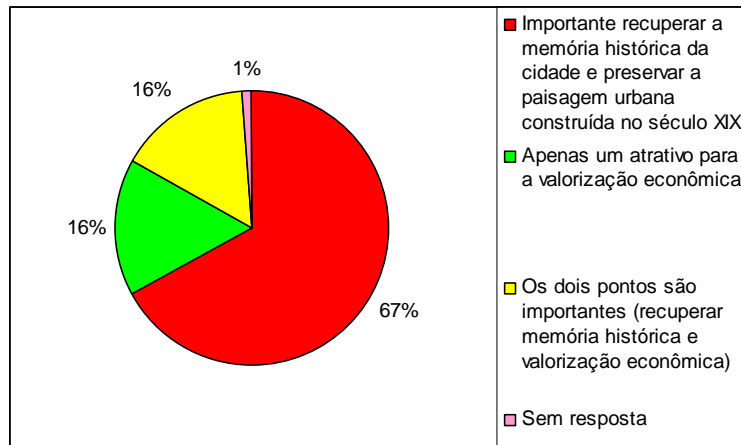
Quanto aos pontos negativos 29% dos entrevistados não responderam por eles, uma taxa bem menor se comparada aos pontos positivos. Pode-se concluir que os pontos negativos foram mais comentados nas respostas. 40% disseram que o trânsito de veículos piorou com o estreitamento das ruas e alargamento de calçadas. Esta queixa foi bastante geral. Grande parte das pessoas entrevistadas não concordou com a intenção de

diminuição do tráfego de automóveis no centro. Elas muitas vezes não possuíam a consciência de um dos objetivos essenciais do Plano de Reabilitação, que é justamente incentivar a caminhada e o uso da bicicleta. 10% comentaram sobre a demora com as obras de alargamento de calçadas, rebaixamento da fiação elétrica e instalação de novos equipamentos urbanos. 13% disseram que o serviço executado através destas obras foi de má qualidade. Teve-se até que executá-lo mais de uma vez em alguns lugares devido à degradação dos materiais depois de finalizadas as novas instalações. 7% falaram sobre a falta de lugares apropriados para estacionar carros, uma vez que as vagas foram diminuídas com as intervenções, caindo novamente na questão da circulação de veículos pelo centro. 5% não concordaram com a instalação de ciclovias na área em questão, pois na opinião deste grupo somente atrapalham a circulação. Segundo estes 5% dos entrevistados os ciclistas têm andado na contramão das ruas e as ciclovias não começam e nem terminam em locais apropriados. 4% ainda comentaram sobre os gastos sem necessidade assim como 4% também comentaram sobre a piora do visual. Na opinião destas pessoas as intervenções não foram significativas e por isso devia-se ter aplicado melhor os recursos. 3% disseram que o comércio foi prejudicado no período das obras citadas, devido aos transtornos com o trânsito e ruas esburacadas. Além disso, 3% também falaram da falta de conscientização da população quanto ao melhor uso do patrimônio da cidade, pois na opinião desses muitos não entendem o real objetivo das intervenções. 1% falou sobre a falta de guias nas calçadas, podendo comprometer o escoamento de água, sobre a falta de consulta à população para intervir no ambiente urbano do centro, bem como sobre a impossibilidade de instalação de novas indústrias, devido ao espaço utilizado para preservação do patrimônio material.

A terceira questão do último bloco perguntou aos entrevistados se eles consideram importante recuperar a memória histórica da cidade e preservar a paisagem urbana construída no século XIX ou acreditam que este processo é apenas um atrativo para a valorização econômica (Gráfico 20).

(Questão: Você acha importante recuperar a memória histórica da cidade e preservar a paisagem urbana construída no século XIX ou considera que esse processo é apenas um atrativo para a valorização econômica da cidade?)

Gráfico 20. Preservação da memória histórica de Amparo e da paisagem urbana construída no século XIX na opinião dos entrevistados

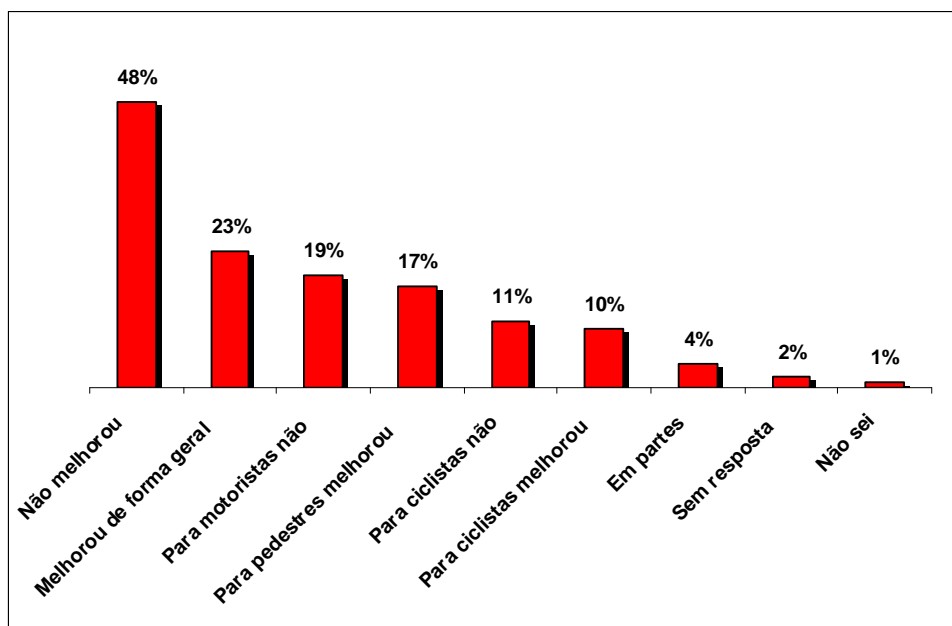


67% responderam que acham importante recuperar a memória histórica da cidade preservando a paisagem urbana construída no século XIX, o que reflete novamente uma consciência de preservação do patrimônio edificado de Amparo e uma permanência dos valores tidos como significativos até então. Por outro lado 16% consideram o processo apenas como um atrativo para a valorização econômica da cidade, ressaltando uma parcela bem menor que não concorda que este patrimônio da cidade possa significar algo a mais do que apenas uma forma de se conseguir capitais, ou seja, não entendendo o real sentido da preservação. Outros 16% comentam que os dois pontos são importantes, pensando tanto na questão do valor agregado ao patrimônio quanto na questão econômica que viria por consequência. Para finalizar 1% não respondeu à pergunta.

A penúltima questão captou a opinião dos entrevistados quanto ao que consideram por melhorias das condições de mobilidade dos pedestres, motoristas e ciclistas através das intervenções realizadas na área central de Amparo (Gráfico 21).

(Questão: *Você acha que a condição de mobilidade de pedestres, motoristas e ciclistas melhoraram com as atuais intervenções realizadas na área central de Amparo?*)

Gráfico 21. Melhorias na condição de mobilidade de pedestres, motoristas e ciclistas com as intervenções na área central na opinião dos entrevistados



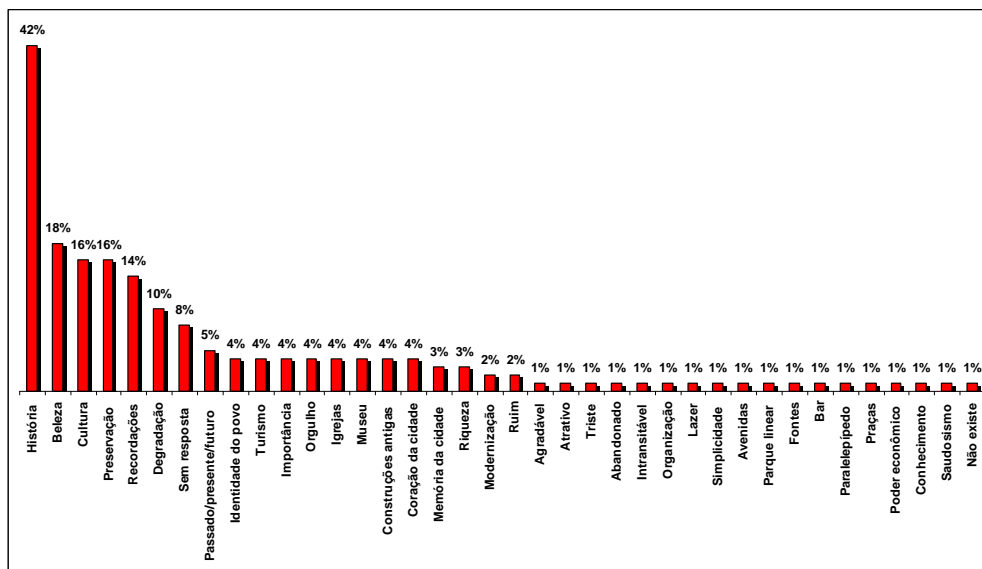
48% consideraram que as intervenções não trouxeram melhorias às condições de mobilidade de forma geral. 19% falaram sobre a piora da condição de mobilidade para os motoristas, 11% falaram que não melhorou a mobilidade para ciclistas. 23% comentaram que a condição de mobilidade melhorou de forma geral. 17% disseram que a mobilidade dos pedestres melhorou, 10% disseram que para ciclistas melhorou. 4% responderam que melhorou em partes e 2% não responderam.

A maioria dos entrevistados considerou que as intervenções na área central de Amparo não resultaram em melhorias da condição de mobilidade. A principal queixa é com relação aos motoristas, já que as intervenções atuaram de forma a diminuir o tráfego de veículos no centro. O sentido do trânsito foi modificado, desviando o fluxo de automóveis para fora desta região. Com respeito aos ciclistas muitos consideraram que as ciclovias não são uma boa opção para o centro, já que as ruas estão bastante estreitas e os ciclistas costumam andar sobre as calçadas ou mesmo na contramão do trânsito. A condição dos pedestres foi vista de maneira diferente, já que a maioria considerou que com as intervenções os mesmos puderam se locomover melhor, graças às ampliações das calçadas, implantação de faixas de pedestres e outros equipamentos de sinalização, o que também colaborou os portadores de deficiência física.

A última questão tratou de pedir para os entrevistados resumirem por meio de uma frase ou de três palavras o que é o Centro Histórico de Amparo, dizendo o que ele significa na sua própria opinião (Gráfico 22).

(Questão: *Escreva 3 palavras ou uma frase que resuma o que é o Centro Histórico de Amparo ou o que ele significa para você*)

Gráfico 22. O que representa o Centro Histórico na opinião dos entrevistados



42% apresentaram palavras ou frases que envolviam história. *“O Centro Histórico representa a preservação da história de Amparo”. “Centro Histórico é o início da nossa cidade, é o seu passado e a memória dos primeiros habitantes. Suas obras são um retrato do século XIX. Os anos passam, mas a história de Amparo tem que permanecer viva para as futuras gerações”*. 18% associaram o Centro histórico à beleza. *“Amparo, Capital Histórica do Circuito das Águas, uma beleza a ser visitada”*. 16% falaram em cultura. *“É a preservação da nossa cultura”*. 16% comentaram sobre a preservação e a necessidade de se preservar o Centro Histórico. *“O Centro Histórico de Amparo deve ser sempre preservado”*. *“Preservar é importante”*. 14% disseram que o Centro Histórico os remetem a recordações. *“Lembranças que deixam saudades do passado”*. 10% falaram em degradação/ má preservação. *“O Centro Histórico está muito abandonado, se fosse bem cuidado retrataria bem o passado da cidade”*. *“Devido a uma péssima administração, um péssimo governo, um péssimo fluxo de automóveis, além das péssimas obras e execuções, o Centro Histórico de Amparo vai deixar de existir em breve”*. 8% não responderam à questão. 5% associaram o Centro Histórico ao passado, presente e ao futuro simultaneamente. *“Conhecendo nosso passado, podemos melhorar nosso presente, planejando o futuro”*. *“O passado caminhando com o presente, olhando o futuro”*. 4% disseram que o Centro Histórico representa a identidade do povo amparense. *“O Centro Histórico é a garantia da*

identidade dos amparenses.” *“Identidade histórica da cidade”*. 4% associaram o Centro Histórico ao turismo. 4% falaram em importância do Centro Histórico. *“É extremamente importante para mim”*. *“O Centro Histórico da cidade de Amparo (zona antiga) é uma área de importante significado patrimonial, uma riqueza histórica, paisagística, artística e é de grande significado para mim amparense”*. 4% comentaram sobre orgulho de terem como patrimônio o Centro Histórico de Amparo. *“Amparo é a Capital Histórica do Circuito das Águas, possui construções antigas e preservadas, ruas de paralelepípedo, parques, jardins,... Amparo é hoje a linda e velha cidade de que todos nós, amparenses de nascimento ou coração, nos orgulhamos”*. 4% citaram igrejas e museus, bem como as construções antigas. *“O Centro Histórico é constituído de construções antigas ainda preservadas”*. 3% associaram o Centro Histórico à memória do passado da cidade. *“O Centro Histórico é primordial para a memória da cidade”*. 4% falaram que o Centro Histórico é o centro ou coração da cidade. 3% comentaram em riqueza. 2% falaram sobre modernização e sobre o fato de o Centro Histórico ser um lugar ruim. 1% das pessoas falou sobre o Centro Histórico ser agradável, atrativo, triste, abandonado, intransitável. 1% também falou em organização, lazer, simplicidade, avenidas, parque linear, fontes, bares, paralelepípedos, praças, poder econômico, conhecimento, saudosismo, além de que o Centro Histórico não existe, por acreditar em se tratar de bens isolados, não constitutivos de um Núcleo ou Centro Histórico.

A partir de todas estas respostas dadas por moradores do centro de Amparo pode-se chegar a algumas conclusões. Têm-se três grupos de opiniões bem definidos. Um primeiro grande grupo é satisfeito com o Centro Histórico de Amparo na medida em que se revela como defensor do patrimônio apresentado. Além disso, leva-se em conta a aceitação das intervenções realizadas atualmente na área central, posto que são traçadas apenas características positivas com relação a este espaço do centro. Um segundo e pequeno grupo é apresentado por estar em desacordo com o Centro Histórico, considerando que o mesmo não detém importância para a população de Amparo. Um terceiro grupo intermediário considera o Centro Histórico como patrimônio, algo de valor para os amparenses, mas apesar disso não leva em conta as intervenções na área central como sendo positivas, visto que apresentam grandes ressalvas com relação à atual contextura do Centro Histórico. *“O Centro Histórico é o coração da cidade. Deveria estar sendo muito bem tratado e ao contrário, o que estamos vendo é um verdadeiro caos. À noite há vandalismos, lixo espalhado, vasos quebrados, ruas*

escuras, bêbados. Durante o dia os guardas municipais se ocupam apenas em multar carros estacionados em alguns locais proibidos, abusam do poder, são mal educados, despreparados, “espantam turistas”. (Lembram-se da frase: “Visite Amparo e ganhe uma multa”? À noite eles simplesmente desaparecem. Será que é só preservar o patrimônio histórico que estamos precisando?”. “Na realidade o Centro Histórico é o centro de Amparo e que deve ser registrado como patrimônio cultural. Seus casarões devem ser preservados e as novas edificações devem ser construídas com responsabilidade. A Rua XV de Novembro deve ser novamente o Centro de ligação entre os dois largos: da Matriz e do Rosário. A ciclovia é uma besteira. Não há lógica não podermos dar uma volta de carro em torno do Jardim Público. Como diria meu cunhado: “Os Bandeirantes” desciam aquela rua (Carlos de Campos). Agora o centro está intransitável, abandonado e triste”.

As opiniões divergem bastante, contudo a população local representada pelos moradores do centro de Amparo apresenta em geral uma grande ligação de pertencimento e identidade com o Centro Histórico. Em todas as questões nota-se que a maioria está de acordo com a sua preservação e importância, tanto econômica quanto social e cultural. De fato o Centro Histórico de Amparo institucionalizado como patrimônio é algo reconhecido por sua população, o que corresponde às expectativas, porém é sempre válido se atentar para o seu encaminhamento futuro, através das intervenções que vem ocorrendo e que possam ocorrer. É preciso continuar mantendo as características que sustentam o processo de transformação social do espaço aliadas aos próprios interesses daqueles que o habitam.

Considerações finais

Amparo como cidade representativa do ciclo cafeeiro no estado de São Paulo guarda um patrimônio cultural material que ainda se encontra em grande parte preservado, principalmente pelas ações do CONDEPHAAT, e nos últimos anos pela iniciativa do poder público local, sobretudo na execução do Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo.

Este Plano está sendo responsável pela viabilização da valorização dos bens históricos e culturais da cidade, ressaltando a arquitetura do século XIX e início do século XX presente na área central. Várias medidas associadas à melhoria do visual do centro foram adotadas além do restauro das fachadas antigas, com a instalação de novos equipamentos e mobiliário urbanos, atendendo a uma demanda por infra-estrutura, já que se tem também como um dos objetivos expandir o turismo na cidade. O trânsito foi reajustado na área central visando o acesso mais voltado para o passeio e ao lazer, estimulando a caminhada e o uso da bicicleta com vistas à diminuição do tráfego.

Como o plano municipal se insere no contexto do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (Minc) ele tende a não se desvincular dos resultados que já foram experimentados em outras cidades do Brasil. Nestes casos o patrimônio cultural foi altamente relacionado a um mercado consumidor, tornando os centros históricos alvos de um turismo massivo ou do comércio sem limites, o que não correspondeu aos anseios da população. Para tanto fez-se um balanço daquilo que já foi realizado, analisando por parte da população local os aspectos positivos e negativos das intervenções na área central de Amparo.

De maneira geral os habitantes demonstraram interesse pelas intervenções, caracterizando-as como importantes, principalmente pelo reconhecimento do valor de seu centro histórico como patrimônio cultural dada a valorização pelas intervenções. Por outro lado, foram apontados vários defeitos, já que em alguns casos as intervenções não estão sendo vistas de forma satisfatória, tanto pela demora com as obras de instalação dos novos equipamentos urbanos ligados aos transtornos que têm causado, bem como pela implantação de ciclovias nas ruas que ficaram ainda mais estreitas no centro e mal vistas. O desvio do trânsito foi muito criticado e a qualidade do serviço idem. Entre tantos outros fatores, os pontos negativos foram significativos, no entanto quando se sistematizou os pontos positivos, estes foram sobretudo com relação a

melhoria do visual urbano no centro, se restringindo à superficialidade das intervenções pelo seu caráter embelezador.

Quando se tratou da questão do turismo, a população considerou o setor como sendo benéfico para o crescimento econômico e social da cidade, porém a maioria afirmou que Amparo não está pronta para receber turistas, devido à deficiência em aspectos infra-estruturais, de serviços ligados ao turismo, bem como até pela falta de atrativos. Contrastando com estas opiniões, o poder público tem criado uma imagem positiva de Amparo que está associada a uma expansão do turismo na cidade além da afirmação das intervenções em curso como benefícios da grande reestruturação urbana pela qual a cidade está passando. Adota-se um slogan principal: “Um novo tempo para uma nova cidade”. A formação desta imagem busca inserir Amparo ativamente ao contexto do *Circuito das Águas Paulista*, no qual os outros membros já possuem função turística predominante e a cidade deve se incorporar por seu diferencial: o patrimônio cultural material preservado.

A adequação infra-estrutural da área central da cidade de Amparo é um fator essencial para o atendimento das demandas da população local, assim como a melhoria do visual urbano, contudo, intervenções urbanas já não são e não devem ter objetivos meramente embelezadores, ou supridores de carências secundárias. O Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo possui objetivos voltados ao uso social do centro da cidade e incentivos à preservação do patrimônio cultural, o que demonstra uma evidente preocupação em se manter a identidade local e a cultura.

Por outro lado, é preciso analisar com cautela o seu resultado final, já que até o atual momento os desdobramentos das intervenções urbanas têm se encaminhado mais pela aparência urbana, valorização do visual da área central e direcionamento da cidade ao turismo, do que verdadeiramente atrelado ao melhor uso da área em questão pelos habitantes de Amparo. Além de tudo toma-se a parte pelo todo, valorizando apenas algumas paisagens urbanas no centro de Amparo em detrimento do lugar, do lugar pela sua totalidade, por ser representativo da vivência dos habitantes e das amplas relações sociais que ocorrem na cidade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. C. de. **Identidade territorial, a geografia das construções e dissoluções culturais urbanas**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas, 2005.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES et al (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARGOLLO, A. M de. **Arquitetura do café**. Editora da UNICAMP e Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Campinas, São Paulo, 2004.
- BERDOULAY, V.; PAES, M. T. D. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano - Salvador (Bahia, Brasil) e Bordeaux (França) em perspectiva. **Cidades**. Presidente Prudente, 2008.
- CARVALHO, P. F. de. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: CARLOS, A. F. A. et al (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. A. B (org). **Turismo e Geografia, reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CORRÊA, R. L. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G (orgs). **Dilemas urbanos, novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CRUZ, R. de C. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- D`ANDRÉA, J. **Intervenções urbanas no município de Amparo-SP: um estudo sobre o exercício de poder, definições de prioridades de governo e efetiva implementação de políticas públicas no município de Amparo-SP**. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.
- FEATHERSTONE, M. Culturas da cidade e estilos de vida pós-modernos. In: FEATHERSTONE, M (org). **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FONSECA, P. M. **Turismo e desenvolvimento no Estado de São Paulo: a atuação do poder público**. Dissertação de Mestrado da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- GARCIA, F. E. S. e RIBEIRO, A. C. T. City marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século. In: GARCIA, F. E. S (org). **Cidade espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

HALL, P. Globalização: Compressão tempo-espaço e a identidade. Em direção ao pós-moderno global?. In: HALL, P (org). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LEITE, R. P de S. **Espaço Público e política dos lugares: Usos do patrimônio cultural na reinvenção do Recife Antigo**. Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2001.

LIMA, R. P. T. **A cidade racional. Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”**. Faculdade de Ciências e Letras Plínio do Amaral Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia UNICAMP: Amparo, Campinas, 1998.

LIMA, R. P. T. **Amparo-Álbum Comparativo**. Amparo: Prefeitura Municipal de Amparo, 1992.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (orgs). **Paisagem, imaginário e espaço**. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2004.

MENEZES, U. T. B de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: CARLOS, A. F. A. et al (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

NIGRO, C. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, A. F. A; LEMOS, A. I. G (orgs). **Dilemas urbanos, novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. In: *Geografia/AGETEO*, nº1, Rio Claro, 2006.

PRADO-SANTOS, C. M. **O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas, 2006.

RODRIGUES, A. A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B (org). **Turismo e Geografia, reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RYKWERT, J. A fuga da cidade: espaço vivido e espaço virtual. In: RYKWERT, J. (org). **A sedução do lugar: A história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, M. Paisagem e espaço. In: SANTOS, M. (org). **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. Região: Globalização e Identidade. In: LIMA, L. C. (org). **Conhecimento e Reconhecimento**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SMDU, AMPARO, SP. SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-SP. **Apresentação das características dos patrimônios urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Amparo.** In: Caderno I, Levantamento de dados para elaboração do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo. Acervo do CONDEPHAAT.

SMDU, AMPARO, SP. SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO-SP. **Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Amparo.** In: Caderno II. Acervo do CONDEPHAAT.

SOTRATTI, M. **Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico.** Dissertação de Mestrado do Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas, 2005.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil.** Contexto: São Paulo, 1998.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria, Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES et al (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

VASCONCELOS, P de A. A cidade Alta de Salvador: de cidade colonial a centro histórico pós-moderno. In: CARLOS, A. F. A; LEMOS, A. I. G (orgs). **Dilemas urbanos, novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2003.

Referências da Internet

ÁGUAS DE LINDÓIA. Disponível em: <http://www.aguasdellindoia.com>. Acesso em 24/12/09.

AMPARO NEWS. Disponível em: <http://www.amparonews.spaceblog.com.br>. Acesso em: 23/12/09.

BUENO, M. **Entrevista DADE: Departamento de Apoio ao Desenvolvimento às Estâncias.** 14 jun. 2006. Disponível em: <http://www.marcelobueno.com.br>. Acesso em: 15/10/09.

CIDADES BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.cidades.com.br>. Acesso em 23/12/09.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. Disponível em: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>. Acesso em: 14/10/09.

COLINAS DO LAGO. Disponível em: <http://www.colinasdolago.com.br>. Acesso em:24/12/09.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em 03/08/09.

EMBRAPA. Disponível em: <http://www.apacamanducaia.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 23/12/09.

FOLHA UOL. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 24/12/09.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 15/10/09.

KANASHIRO, M. Prós e contras da revitalização de centros históricos urbanos. São Paulo. 10 de março de 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.com.br/reportagens/cidades/cid02.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais** [relatório da internet]. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 15/02/10.

PALADIUM HOTEL. Disponível em: <http://www.paladium.com.br>. Acesso em 24/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE LINDÓIA. Disponível em: <http://www.lindoia.sp.gov.br>. Acesso em: 20/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE MONTE ALEGRE DO SUL. Disponível em: <http://www.montealegredosul.sp.gov.br>. Acesso em: 21/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE SERRA NEGRA. Disponível em: <http://www.serranegra.sp.gov.br>. Acesso em 20/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA. Disponível em: <http://www.aguasdellindoia.sp.gov.br>. Acesso em: 20/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO. Disponível em: <http://www.amparo.sp.gov.br>. Acesso em: 15/10/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA. Disponível em: <http://www.pedreira.sp.gov.br>. Acesso em 24/12/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO. Disponível em: <http://www.socorro.sp.gov.br>. Acesso em: 21/12/09.

SEADE. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 22/12/09.

SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 16/10/09.

VIAGEM UOL. Disponível em: <http://www.v.i.uol.com.br>. Acesso em: 15/10/09.